

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXV

FLORIANÓPOLIS, 20 DE MAIO DE 2016

NÚMERO 6.995

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO
(PR E PSB)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Neodi Saretta
Dalmo Claro

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 013ª Sessão Especial realizada em 28/04/2016 2</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente..... 18 18 Aviso de Licitação 19 Aviso de Publicação 19 Avisos de Resultado..... 19 Extratos..... 19 Lei Complementar 20 Ofícios..... 20 Portarias..... 20 Projetos de Lei 21 Projeto de Lei Complementar... .. 22 Redações Finais 22</p>
--	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 013ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016, CONVOCADA PARA OUVIR O SENHOR CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera;

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Segurança Pública, César Augusto Grubba.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada através de requerimento do sr. deputado Mário Marcondes, da bancada do Partido da Social Democracia Brasileira, e aprovado pelos demais parlamentares, para ouvir o sr. secretário de estado da Segurança Pública prestar informações sobre o planejamento e metas para o combate ao crime no estado de Santa Catarina.

A presente sessão seguirá o que preceitua o Regimento Interno, no seu art. 340, o qual estabelece:

(Passa a ler.)

“Art. 340. Presente na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o secretário fará inicialmente uma exposição do objetivo de seu comparecimento, respondendo, a seguir, às interpelações dos Deputados.

§ 1º O secretário de Estado, durante a sua exposição ou ao responder às interpelações, bem como o Deputado, ao anunciar as suas perguntas, não poderão desviar-se do objeto da convocação, nem responder a apartes.”

Gostaria que v.exas. entendessem que não haverá apartes enquanto os srs. deputados estiverem se manifestando, ou o sr. secretário.

(Continua lendo.)

“§ 2º O Secretário convocado poderá falar durante trinta minutos, prorrogáveis, uma vez, por igual prazo, por deliberação do Plenário.

§ 3º Encerrada a exposição do Secretário, poderão ser formuladas perguntas pelos Deputados, não podendo cada um exceder ao limite de dez minutos, exceto o Autor do requerimento, que terá o prazo de quinze minutos.

§ 4º É lícito ao Deputado, ou membro da Comissão, Autor do requerimento de convocação, após a resposta do Secretário à sua interpelação, manifestar, durante dez minutos, sua concordância ou não com as respostas dadas.”

Então, que fique bem claro que não haverá apartes e não haverá interpelações. O

secretário fará uso da palavra, os srs. deputados anotaram as suas dúvidas e nos seus dez minutos farão os questionamentos.

(Continua lendo.)

“§ 5º O Deputado que desejar formular as perguntas previstas no § 3º, deverá inscrever-se previamente.”

Vamos abrir um espaço para que os srs. deputados se inscrevam e possam fazer as suas perguntas.

(Continua lendo.)

“§ 6º O Secretário terá o mesmo tempo do Deputado para o esclarecimento que lhe for solicitado.”[sic]

Entendo que, após o exposto, foi compreendido por todos os srs. deputados e as sras. deputadas como funcionará esta sessão especial. Para que tenhamos uma sessão produtiva, basta seguir o que está prescrito no art. 340 do Regimento desta Casa.

Os srs. deputados e as sras. deputadas que desejarem, poderão fazer a sua inscrição com o deputado Padre Pedro Baldissera.

Neste momento, concedo a palavra ao sr. César Augusto Grubba, secretário de estado da Segurança Pública, por até 30 minutos, para fazer a sua exposição, com relação ao requerimento aprovado por esta

Casa, no que se refere ao planejamento da secretaria de estado da Segurança Pública e as metas ao combate ao crime no estado de Santa Catarina.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Bom-dia!

Meus cumprimentos ao presidente desta sessão, deputado Aldo Schneider, a todos os componentes da mesa diretiva e também a todos os srs. deputados e as sras. deputadas presentes nesta sessão especial em que compareço na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina atendendo a uma convocação deste Parlamento para expor o planejamento e as metas da secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina para o combate à criminalidade, em atendimento à proposição do deputado Mário Marcondes.

Quero dizer que venho com enorme satisfação e com grande prazer no Parlamento catarinense. E aproveito também para prestar contas das ações que foram efetivadas, daquelas que estão sendo efetivadas e daquelas que serão efetivadas no decorrer dos próximos meses na secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Entendo que o Parlamento, como representante da sociedade catarinense, tem o direito e o dever de saber das ações que os secretários de estado desenvolvem nas suas pastas para poderem replicar na sociedade catarinense como um todo.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o excelentíssimo sr. comandante-geral da Polícia Militar do estado de Santa Catarina, coronel Paulo Henrique Hemm, e a sua equipe; o delegado-geral adjunto da Polícia Civil de Santa Catarina, Marcos Ghizoni, e a sua equipe; o excelentíssimo sr. comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel Onir Mocellin; o diretor-geral do Instituto Geral de Perícias do estado, Miguel Colzani, aqui prestigiando este secretário da Segurança Pública nas explanações ao Parlamento. E agradeço, em nome destes comandantes, extensivo a todos os policiais militares e civis, bombeiros militares e peritos do IGP, o combate efetivo à criminalidade que tem sido destacada em Santa Catarina.

Não sendo repetitivo, serão exibidos slides nos dois telões da Assembleia Legislativa, que demonstram o planejamento e as metas estabelecidas para o combate ao crime em Santa Catarina.

(Procede-se à exibição de slides.)

Roteiro:

- As políticas de governo para a área de segurança pública;
- O plano de gestão da SSP;
- Os dez principais objetivos estratégicos e suas metas;
- Execução e resultados.

Para se ter uma visão da estrutura da secretaria da Segurança Pública, nós temos: Corregedoria-geral, Consultoria Jurídica, Ouvidoria, Conselhos, GGI Estadual, gabinete do secretário-adjunto, diretorias setoriais e as instituições vinculadas à secretaria de Segurança Pública, que são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o IGP e o Detran.

Temos, atualmente, na secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, 16.542 servidores, organizados em sete categorias profissionais - e resalto aos srs. deputados que estes são os números do mês de abril deste ano -: 10.184 policiais militares, 3.100 policiais civis, 2.613 bombeiros militares, 436 peritos e técnicos do Instituto Geral de Perícias, 154 servidores administrativos da SSP, e 55 auxiliares administrativos do Detran.

As políticas de Segurança Pública: recomposição dos efetivos, melhoria salarial,

plano de carreira, investimento permanente, aporte tecnológico, visão sistêmica da segurança, racionalização do custeio, qualidade do serviço, capilaridade, foco na prevenção, integração operacional das instituições, melhoria nos indicadores nos índices de criminalidade, inteligência, investigação, ostensividade das nossas polícias, perícias criminais, e a pronta resposta aos cidadãos.

Plano de gestão da SSP: alinha-se às políticas de governo estabelecidas; define as áreas estratégicas de interesse; pontua os objetivos estratégicos a serem alcançados; em cada objetivo estratégico, as metas estipuladas pela secretaria de Segurança Pública.

Nesta apresentação, serão demonstrados os dez objetivos estratégicos que considero mais relevantes: *status* de execução, metas e resultados.

Os dez principais objetivos estratégicos:

- 1 - Recomposição dos efetivos, que considero a maior demanda da Segurança Pública do estado de Santa Catarina e, por que não dizer, a maior demanda da Segurança Pública de todos os estados da federação;
- 2 - Melhoria salarial;
- 3 - Renovação da frota operacional;
- 4 - Kit de proteção individual;
- 5 - Aporte de tecnologias;
- 6 - Melhoria das instalações físicas;
- 7 - Ampliação da aviação de Segurança Pública;
- 8 - Captação de convênios e recursos;
- 9 - Gestão de pátios e leilões;
- 10- Melhoria nos indicadores estatísticos.

O primeiro objetivo estratégico, a recomposição dos efetivos, volto a dizer, é desde o ano 2011, continua sendo e vai ser por muitos anos na Segurança Pública de Santa Catarina uma das maiores demandas.

No período de 2011 a 2016, no governo de João Raimundo Colombo, lançamos 22 editais de concursos públicos, sendo nove na Polícia Militar, quatro na Polícia Civil, cinco no Corpo de Bombeiros Militar, três no Instituto de Geral de Perícias e um no Detran. Já foram incluídos nas corporações 5.235 novos servidores da Segurança Pública em Santa Catarina. E vamos incluir ainda, no dia 1º de junho próximo, 1.294 servidores. Serão 658 policiais militares, praças da Polícia Militar; 420 agentes da Polícia Civil; 66 novos delegados da Polícia Civil; e 150 novos auxiliares criminalistas do IGP, perfazendo então um total de 6.529 novos profissionais de carreira.

Se olharmos os números, veremos que são significativos e extraordinários. Mas vamos demonstrar, nos quadros seguintes, que, na verdade, o governo do estado de Santa Catarina não conseguiu avançar além da reposição dos efetivos que saíram para a reserva remunerada ou para a aposentadoria.

Todas as categorias de profissionais da Segurança Pública, entradas e saídas de 2011 a 2016:

Entradas de 2011 a 2016: 5.235 novos servidores;

Saídas: 5.623 servidores.

Então, entre entradas e saídas, temos um saldo a menor de 388 servidores na Segurança Pública. Embora tenham ingressado 5.235 novos servidores, temos a menos 388 servidores.

Na maior Corporação, que é a Polícia Militar, por exemplo, ingressaram, de 2011 a 2016, 3.205 novos policiais militares, e saíram no mesmo período, até o mês de abril de 2016, 3.983 policiais militares. Então, entre entradas e saídas de policiais militares, temos um saldo negativo de 778 policiais militares no estado, e que poderá ser consertado em parte com o ingresso, agora no dia 1º de junho, de 658

novos praças da Polícia Militar. E ainda assim temos um déficit de 778 e não conseguiremos igualar o número de entrada com o número de saída de policiais militares.

Melhoria salarial e plano de carreira: Implantação total do subsídio em Santa Catarina nas carreiras policiais; Melhoria dos planos de carreira através de promoções.

O menor salário da Segurança Pública dos policiais na atividade hoje com a Iresa é R\$ 5.378,00, e o maior salário é R\$ 26.895,00, diferentemente apenas dos peritos do IGP, que têm que se descontar desse valor a Iresa, que ainda não recebem.

Renovação da frota operacional: foram adquiridas 2.329 novas viaturas operacionais para as nossas Corporações, não computadas aqui, srs. deputados, eventuais e permanentes compras de viaturas que são feitas diretamente nos municípios, através dos convênios de trânsito, tanto para a Polícia Militar quanto para a Polícia Civil.

Foram adquiridas e entregues 1.290 viaturas para a Polícia Militar, 685 novas viaturas para a Polícia Civil, 95 viaturas para o Instituto Geral de Perícia - IGP -, 137 viaturas para o Corpo de Bombeiros Militar, e 122 viaturas para a secretaria de Segurança Pública, priorizando as viaturas operacionais de serviço de ponta. São 1.363 da Polícia Militar caracterizadas; 75 viaturas de tático policial, que são as especializadas; 518 viaturas descaracterizadas para a Polícia Civil, que são necessárias para as investigações; 69 viaturas para a perícia do Instituto Geral de Perícia; 26 viaturas de transporte de cadáver para o Instituto Médico Legal; e nove viaturas de transporte de pessoal.

No Corpo de Bombeiro Militar, especificamente, foram adquiridas e entregues 30 viaturas de vitória, 39 caminhões Auto Bomba Tanque de combate a incêndios, uma viatura plataforma aérea, 51 ambulâncias, 15 viaturas camionete 4x4 para a força-tarefa, e uma viatura caminhão para a força-tarefa.

Kit de proteção individual: pensando na segurança do policial de linha de frente, que combate a criminalidade, foram comprados 14 mil kits, incluindo: pistolas, coletes balísticos, algemas, bastões policiais, cintos de guarnição, e Equipamento de Proteção Individual para os bombeiros. E foram distribuídos a todos os policiais militares e civis ativos no estado de Santa Catarina, a todos os peritos que atendem em local de crime do IPG, e a todos os quartéis de bombeiros militares, que receberam o Equipamento de Proteção Individual.

Aporte de tecnologias. Projetos estratégicos da SSP - os oito principais projetos em desenvolvimento. Apresentaremos, em seguida, dois que estão destacados: Centrais de Videomonitoramento Urbano, numa parceria com municípios catarinenses; e laboratórios e equipamentos para o IGP, em face da alta complexidade e do alto custo que são os laboratórios e equipamentos para a perícia como um todo. Cito ainda: Laboratório de Lavagem de Dinheiro na Deic, PMSC *Mobile* na Polícia Militar, Flagrante Áudio-vídeo na Polícia Civil, Ampliação do Guardião na Deic, Sistema BI na SSP, Projeto da radiocomunicação digital para a região da fronteira e litoral, e a integração do SISP e SAJ.

Videomonitoramento urbano: é uma ferramenta de apoio tecnológico extremamente importante para as polícias, tanto para a Polícia Militar quanto a Polícia Civil. Esse sistema de videomonitoramento, Programa Bem-Te-Vi da secretaria de Segurança Pública, é parceria com os diversos municípios catarinenses. Somente para terem uma ideia do projeto, devo dizer que até o final de 2010 tínhamos em Santa Catarina, em 12 cidades catarinenses,

396 câmeras de videomonitoramento urbano. Hoje, em 2016, abril deste ano, estamos presentes em 130 cidades de Santa Catarina, com 2.300 câmeras de videomonitoramento urbano. E estaremos presentes, até o final de 2016, em mais da metade dos municípios do estado, em 149 municípios, com algo em torno de 2.800 câmeras de videomonitoramento urbano que estarão monitorando o perímetro dos espaços públicos nos diversos municípios catarinenses.

Agora, em seguida, citaremos as últimas inaugurações de Centrais de Videomonitoramento Urbano: Timbó, Laurentino, Taió, Lontras, Otacílio Costa, Correia Pinto, Pomerode, Rio Negrinho, Campo Alegre, Porto União, Garuva, Guabiruba, Nova Trento, São João Batista, Quilombo, Penha, Joinville, Pirabeiraba, Braço do Norte, São Miguel do Oeste, Guarimirim, Biguaçu, nova Central Regional de Emergência de São José, Central Regional de Emergência de Rio do Sul - inaugurada neste governo, Central Regional de Emergência de Tubarão, Central Regional de Emergência de Herval d'Oeste, Central Regional de Emergência de Itajaí.

Laboratórios do IGP. Destacamos os laboratórios e a tecnologia do IPG em razão do alto custo de investimentos, que são esses aportes tecnológicos no Instituto Geral de Perícias: cinco microcomparadores balísticos, ao custo R\$ 4 milhões, nestes municípios destacados no painel; 30 maletas forenses, ao custo de R\$ 900 mil; cinco cromatógrafos gasosos espectrômetros de massa, ao custo de R\$ 4,5 milhões; dois sistemas de cromatografia a gás, ao custo de R\$ 800 mil; dez sistemas de extração de evidências de celulares, ao custo de R\$ 700 mil; 11 vídeos espectrais, ao custo de R\$ 990 mil - os municípios onde foram distribuídos nos diversos núcleos do Instituto Geral de Perícia estão destacados nos slides -; três arcos cirúrgicos, ao custo de R\$ 720 mil; e dois Flat Scan, ao custo de R\$ 1,5 milhão; em Florianópolis, um micro-ônibus adaptado para a unidade itinerante de identificação, ao custo de R\$ 461 mil. Para os senhores terem uma ideia, devo dizer que o total de investimentos de 2011 a 2016, em aportes tecnológicos e de ponta para o IGP no estado, foi na ordem de R\$ 14,5 milhões.

No início da minha explanação, vimos que todas as Corporações em Santa Catarina abrangem 1.025 unidades próprias, algumas localizadas, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do IGP, do Corpo de Bombeiros Militar e do Detran. E a Polícia Militar e a Polícia Civil estão presentes em cada um dos 295 municípios catarinenses, e temos melhorias constantes nas instalações físicas que abrigam as nossas Corporações.

Entre 2011 e 2016, já foram executadas 479 obras: novas construções, ampliações das já existentes e reformas de prédios próprios da Segurança Pública. Atualmente temos em execução em diversos municípios do estado 46 obras, e para o ano 2016 ainda estão previstos lançamentos de novos 18 editais licitatórios.

Valores de investimentos em obras físicas na Segurança Pública, de 2011 a 2016: R\$ 164.739.673,89, aí já compreendidos R\$ 80 milhões que foram destinados para aquisição do Complexo de Segurança Pública que irá abrigar os órgãos da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Como os senhores podem ver, esta é a nova sede integrada da SSP de Florianópolis, que vai congrega e integrar os órgãos da Segurança Pública: Polícia Militar, Polícia Civil, IGP, parte do Detran e parte do Corpo de Bombeiros Militar. A obra está sendo finalizada na av. Ivo Silveira, na capital, e esperamos que até o final do ano de 2016 possamos fazer a mudança para o novo complexo da Segurança

Pública, que vai conter, inclusive, todos os órgãos que hoje pagam aluguel na cidade de Florianópolis.

Tivemos, ainda neste governo: a inauguração da Delegacia Regional da Polícia Civil de Blumenau; da Polícia Militar em Cocal do Sul; do Corpo de Bombeiros Militar de Biguaçu, inaugurado recentemente; da Delegacia de Polícia Civil em Balneário Camboriú, que não foi inaugurada ainda, mas já está pronta e Polícia Civil está mobilando o complexo de Segurança para podermos inaugurá-lo; da Polícia Militar de Camboriú, recentemente inaugurada; da Polícia Militar de Faxinal dos Guedes; da Central Regional de Emergências de Herval d'Oeste; do Complexo de Segurança Pública de Palmeira, recentemente inaugurado; do Complexo de Segurança Pública de Quilombo, também recentemente inaugurado. E é importante destacar que esse complexo de Segurança Pública de Quilombo é o primeiro e único, dos 295 municípios do estado, que abriga, no mesmo prédio, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar, o IGP e a Ciretran.

Também podemos citar: inauguração do Complexo do IGP e Ciretran de Sombrio, em fase final de acabamento para mobiliarmos e podermos inaugurar; Polícia Militar de São Carlos e de Águas de Chapecó, já inauguradas; Polícia Militar de Joinville - 17º Batalhão Zona Sul, também já inaugurado; IGP de Criciúma, já inaugurado; Polícia Militar de Urussanga, já inaugurada; Bombeiro Militar de São Ludgero, já inaugurado; Polícia Militar de Guarimirim, já inaugurada; Delegacia de Polícia do norte da ilha, Complexo de Segurança da Polícia Civil, ainda em fase final de acabamento, e acredito que até o final de 2016 já estará finalizado; Delegacia Regional de Polícia de Lages, em fase final também para a inauguração; nova sede da Deic de São José, que será finalizada até o final deste ano de 2016; IGP de Tubarão, em fase final de construção; Delegacia de Polícia de Guarimirim, já finalizada a construção, e a Polícia Civil está mobilando a delegacia para podermos fazer a sua inauguração; reforma do 4º Batalhão da Polícia Militar, no centro de Florianópolis, na rua Nereu Ramos com a avenida Rio Branco, também em fase final de conclusão. Estes são apenas alguns exemplos de reformas, ampliações e construções de próprios da secretaria de Segurança Pública.

Ampliação da aviação de Segurança Pública no estado - frota de helicópteros da SSP: tínhamos, em 2010, quatro helicópteros; e em 2016 temos sete. Da Polícia Militar, temos um em Florianópolis, um em Joinville e um em Lages; da Polícia Civil, temos um em Florianópolis e um em Chapecó; e do Bombeiro Militar, temos um em Florianópolis e um em Blumenau, numa parceria com a secretaria de estado da Saúde, adquirido através de recursos do PAC por Santa Catarina. Mas, lamentavelmente, houve um sinistro, quando foi para manutenção e revisão em Curitiba, e houve perda total. Mas, graças a Deus, não houve ferimentos graves em nenhum dos tripulantes. Ele possui seguro total e tão logo seja liberado, adquiriremos outra aeronave em substituição àquela que estava atendendo em Blumenau.

Captação de convênios e recursos junto a outros organismos e ao governo federal: entre 2011 e 2016, a SSP captou convênios na ordem de R\$ 87,9 milhões.

No quadro seguinte, colocamos os principais convênios, projetos, programas e ações, conforme os senhores podem ver. E depois será disponibilizada a cada um dos srs. deputados a apresentação que está sendo feita nesta oportunidade, e assim poderão observar com mais cuidado.

Destaco aqui a questão do programa Enafon - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras -, que são convênios na ordem de R\$ 32 milhões, reequipamento das Unidades de fronteira; e a construção de Centro Integrado de Controle e Comando na capital, na ordem de R\$ 26 milhões, sendo que será iniciada a sua construção o mais breve possível junto ao Complexo de Segurança Pública na avenida Ivo Silveira.

O programa Enafon, convênio de Santa Catarina com a Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública -, do ministério da Justiça, do governo federal, captou recursos na ordem de R\$ 32 milhões para serem aplicados nas regiões oeste e extremo oeste do estado de Santa Catarina. O programa Enafon - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - foi firmado com 11 estados da federação brasileira que têm fronteiras com outros países. Santa Catarina é um dos 11 estados da federação brasileira que têm 246km de fronteira com a Argentina. O programa Enafon tem dez municípios na linha de fronteira e na faixa de fronteira, que é da linha para dentro do estado de Santa Catarina. São 150km e abrange 82 municípios catarinenses, atingindo uma população de, aproximadamente, 900 mil pessoas.

Principais investimentos diretos do programa Enafon: reaparelhamento das Unidades Policiais de Fronteira, já compradas e entregues 124 novas viaturas, já finalizado; aquisição do helicóptero de fronteira, sediado em Chapecó, sendo R\$ 3 milhões do governo federal e R\$ 1,5 milhão de contrapartida do governo do estado de Santa Catarina, totalizando R\$ 4,5 milhões, já finalizados e operando em Chapecó e em toda região do oeste; implantação da Radiocomunicação Digital na região da Fronteira, R\$ 23 milhões, sendo R\$ 13 milhões do governo federal e R\$ 10 milhões de contrapartida do governo estadual - o projeto está em execução; implantação de Videomonitoramento urbano na Fronteira, abrangendo 82 municípios, também está em execução.

Gestão de pátios e leilões. Este é um problema crônico de dezenas de anos em Santa Catarina, e fizemos uma gestão junto à Comissão Estadual de Leilão do Detran para dar agilidade aos processos de leilão e zerar o passivo de 30 toneladas de ferrosos e veículos inservíveis distribuídos por pátios provisórios em mais de 200 municípios de Santa Catarina.

Com a ampliação da Comissão Estadual de Leilão e o aporte de ferramentas e recursos necessários, conseguiu-se avançar sensivelmente nesse aspecto. Somente para se ter uma ideia, devo dizer nós pegamos os últimos oito anos para compararmos com os últimos cinco anos e quatro meses. Vejam que em oito anos, foram feitos 60 leilões no estado, e em cinco anos foram feitos 121 leilões. Foram vendidos 65.143 veículos e arrecadados R\$ 69,4 milhões com os leilões desses veículos, alguns inservíveis, sucatas, e outros que puderam retornar às estradas.

Melhoria nos indicadores estatísticos, sendo que será demonstradas a questão dos homicídios, do latrocínio, da lesão corporal seguida de morte, o confronto policial e o roubo, que são os crimes que mais impactam a sociedade catarinense e brasileira como um todo, e que estão no índice da letalidade por morte violenta.

A taxa 100 de homicídios no Brasil, através da Organização Mundial da Saúde...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sr. secretário, conforme preconiza o art. 340, v.exa. já proferiu a sua fala por 30 minutos. Mas, evidentemente, podemos prorrogar por até 30 minutos.

Dado o número excessivo de parlamentares que se inscreveram para dirimir as dúvidas com relação à sua pasta, eu vou lhe conceder mais 15 minutos para que v. exa. conclua a sua apresentação e, então, vamos começar a ouvir os srs. deputados e as sras. deputadas.

Portanto, concedo mais 15 minutos a v. exa. para que conclua a sua manifestação.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Muito obrigado pela deferência.

A Organização Mundial da Saúde estabelece a Taxa 100 de Homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes, sendo que até dez homicídios é considerado razoável e aceitável, dentro da normalidade; a partir de dez até 20 homicídios apontam para questões com problemas, e a partir dos 20 homicídios por cada grupo de 10 mil habitantes é endêmico.

O *ranking* no mapa da violência no Brasil em todos os estados da federação, através do mapa da violência, podendo ser consultado em diversos sites na *Internet*, no ministério da Justiça, no Portal de Transparência.

Alagoas é considerado, no Brasil, o estado com índices de maior violência dos 27 estados da federação brasileira. De 2011 a 2015 aparece em primeiro lugar no *ranking* do Mapa da Violência Brasil.

Santa Catarina, em 2011, ficou na 26ª posição, atrás apenas do estado de Piauí. Em 2012, Santa Catarina passou para a primeira posição, sendo considerado o estado com o menor índice de violência dos 27 estados da federação brasileira. Em 2013, ocupamos a 25ª posição, ficando atrás apenas dos estados de Piauí e Roraima. Em 2014, retornamos à melhor posição no *ranking* da Taxa 100 de Homicídios, ficando na melhor posição dos estados da federação brasileira. Em 2015, também ficamos 27ª posição como o melhor posicionado na Taxa 100 de Homicídios por grupo 100 mil habitantes.

Somente para se ter uma ideia, devo dizer que Santa Catarina tem uma taxa de 10, 11, 12 por grupo de 100 mil habitantes, e Alagoas tem uma taxa de 67 por grupo de 100 mil habitantes. E no Brasil a média da Taxa 100 é de 27 por grupo 100 mil habitantes.

Os números de Santa Catarina violentos, letais e intencionais:

Homicídio: em 2013 foram 717 homicídios; em 2014 foram 760; em 2015 foram 830; e em 2016, no primeiro quadrimestre, foram 293 homicídios, com uma elevação em torno de 20% de homicídios, pouco mais de 40 homicídios acima do mesmo período do ano passado.

Latrocínio: em 2013 foram 55; em 2014 foram 57; em 2015 foram 66; e este ano foram 22 até agora, o menor número com relação ao mesmo período do ano passado.

Lesão corporal seguida de morte: em 2013 foram 19; em 2014 foram 13; em 2015 foram 17; e em 2016 foram 9 neste trimestre.

Confronto policial civil: em 2013 foram 9; em 2014 foram 15; em 2015 foram 4; e em 2016 não houve nenhum até agora.

Confronto Polícia Militar: em 2013 foram 48; em 2014 foram 76; em 2015 foram 59; e em 2016 foram 13 neste quadrimestre.

Taxa 100 de homicídios e resolução: em 2013, a taxa era de 10,8; em 2014, a taxa era de 11,3; em 2015, a taxa era de 12,2; e em 2016 a taxa é de 4,3.

Apuração da autoria(%): o índice de resolução no estado de Santa Catarina, em 2013, foi de 67,5%; em 2014 foi de 63,3%; em 2015 foi de 52,3%; e em 2016 foi de 41,3%, neste quadrimestre.

Perfis de homicídios em Santa Catarina: o índice de resolução média, apurado a cada ano, é de 67%. No Brasil, esse índice é

de 8%. O período noturno concentra 61,4% das ocorrências. A via pública concentra 52,9% das ocorrências. Vejam que 30,4% dos homicídios ocorrem dentro da própria residência da vítima. A arma de fogo é empregada em 58% dos casos. Desavenças pessoais motivam 26,3% dos casos. Crime passional é a motivação para 10,2% dos casos. Estima-se 60% dos casos em relação com tráfico de drogas. Este é um índice importante: 72,4% das vítimas têm passagem policial ou processo criminal. Vejam que 65,9% dos autores ou suspeitos identificados têm passagem policial e processo criminal.

Os homicídios em municípios: dos 295 municípios de Santa Catarina, temos 209 municípios sem nenhuma ocorrência de homicídio, representando 70% do índice. Temos 41 municípios com apenas um homicídio; 29 municípios de 2 a 5 homicídios, e oito municípios apenas com mais de dez homicídios, que são os grandes centros das grandes cidades de Santa Catarina.

Roubos em Santa Catarina - número de ocorrências no primeiro trimestre do estado: Roubo transeunte: em 2013, 711; em 2014, 984; em 2015, 1.422; em 2016, 1.211.

Roubo de carga: em 2013, 27; em 2014, 31; em 2015, 21; em 2016, 36.

Roubo de veículo: em 2013, 381; em 2014, 482; em 2015, 670; em 2016, 532.

Roubo em comércio: em 2013, 312; em 2014, 566; em 2015, 510; em 2016, 398.

Roubo a residência: em 2013, 137; em 2014, 193; em 2015, 228; em 2016, 231.

Roubo de veículo: em 2013, 136; em 2014, 149; em 2015, 132; em 2016, 86, e pequeno decréscimo.

Resultados globais dos últimos 12 meses: apreensão de drogas, 8,5 toneladas; apreensão de armas, 4.100 armas de fogo; prisões realizadas, 40 mil; perícias do IGP, 22 mil; Boletins de Ocorrências registrados, 969 mil; foram encaminhados 74 mil procedimentos ao Judiciário; foram cumpridos 4,5 mil mandados de prisão; 1.800 mandados de busca e apreensão foram realizados; foram feitos 115 mil resgates pelos bombeiros; foram socorridos pelos bombeiros 27 mil acidentes de trânsito; foram atendidas pelos bombeiros militares 6.900 ocorrências de incêndio.

Causas do aumento de criminalidade no Brasil, e que repercutem diretamente também no estado de Santa Catarina: a violência cresce na medida em que a população aumenta. A situação econômica tem efeitos sobre ocupação e renda, com o desemprego e a falta de perspectiva gerando reflexos indiretos sobre a criminalidade.

A degradação de valores familiares tem gerado pelo menos quatro efeitos diretos: aumento dos crimes passionais e conflitos domésticos; crianças e adolescentes desamparados e crianças fora da escola; aumento de população de moradores de rua; exposição a situações de risco e cooptação para uso de drogas e prática de crimes.

Migração e inchaço populacional em grandes centros habitacionais, expandindo-se também para cidades médias: a falta de mecanismos eficazes para a fiscalização de medidas restritivas e de penas alternativas, que assim não cumprem os objetivos para os quais foram propostos; as altíssimas taxas de reincidência delitiva e a incapacidade do sistema legal de lidar com isso, favorecendo a permanência nas ruas de criminosos contumazes.

O problema do sistema prisional: superlotação, facções criminosas e pouco efeito das políticas de ressocialização, que indiretamente impactam o aumento da violência nas ruas; o excessivo consumo de drogas no Brasil, que atrai e potencializa a oferta, e isso

faz do negócio da droga um mercado promissor de enormes ganhos financeiros, fazendo girar uma imensa cadeia logística e financeira de distribuição e venda, hoje dominada por facções de crime organizado; os reflexos diretos do negócio das drogas sobre outros tipos de crimes, sendo nos atuais o maior contributivo para os homicídios de acerto de contas, os roubos e os furtos; o avanço e a especialização do crime organizado para ações de grande envergadura e de grande capitalização financeira.

O que estamos fazendo? Qual é a nossa responsabilidade? Estamos recompondo os efetivos e cuidando para que os mesmos se estabeleçam para impedir números alarmantes. Melhoramos a valorização financeira dos agentes de segurança com salário digno, plano de carreira e promoções. Potencializamos a ação dos agentes de segurança, entregando-lhes equipamentos, armamentos e novos veículos, além de ferramentas tecnológicas como computadores, sistema de dados, laboratórios e câmeras de videomonitoramento. Estamos promovendo a integração entre os órgãos, impulsionando operações integradas, conjuntas e combinadas, a exemplo das forças-tarefas constantemente desencadeadas. Estamos nos esforçando, junto com as Corporações, para buscar números positivos nas estatísticas, seja com redução ou estabilização. E nesse ponto Santa Catarina tem-se mantido com os melhores indicadores do Brasil, sempre nas últimas posições do mapa da violência do Brasil.

O que não podemos fazer? Mudar as leis; fechar as fronteiras; modificar o índice de consumo de drogas; intervir nas questões atinentes ao Sistema Prisional; intervir nas famílias e nas escolas; intervir nas questões atinentes à urbanização, habitação, mobilidade, ocupação, renda, emprego, saúde e assistência social.

Vou encerrar, sr. presidente, pois o meu tempo está terminando. Não vou discorrer sobre as dificuldades enfrentadas todos os dias. Notadamente é o baixo efetivo policial que impede que a Polícia Militar esteja patrulhando nossas ruas 24h por dia, presente em todos os lugares, bem como impede a necessária investigação pela Polícia Civil de todos os crimes que ocorrem.

Nós estamos fazendo, dentro do possível, o que nos é de dever. Não preciso dizer, srs. deputados, que a polícia não podem ser responsáveis pela criminalidade que assola o nosso país, e também reflexos em Santa Catarina. A violência, a partir da década de 80, banalizou-se no Brasil com o consequente aumento da criminalidade. Não basta apenas polícia, o estado, em sentido amplo. É preciso combater as causas primárias da criminalidade. O estado social deve se fazer presente na sociedade. O estado policial sozinho combate na quase totalidade, as consequências, enxuga gelo.

Precisamos modificar as leis que somente protegem o criminoso e não têm olhos para as vítimas. Hoje a regra é a liberdade e a exceção é a prisão. Enquanto o criminoso, que emprega a violência contra as suas vítimas, não responder o processo preso; enquanto o criminoso que reiterar a ação criminosa não for recolhido para responder o processo preso, porque não aproveitou a oportunidade que lhe foi concedida, ele, o criminoso, vai-se sentir impune e incentivado a praticar mais crimes.

A responsabilidade é de todos. Manter a ordem, polícias, manter a ordem pública, proteger a vida e o patrimônio das pessoas; o legislativo, fazendo leis eficientes e consentâneas com a realidade; o Poder Judiciário e o Ministério Público, mantendo preso quem precisa estar preso, julgando e condenando quem precisa ser condenado. Se o

criminoso não tiver a certeza da punição, não vai parar.

Para encerrar: não é fácil para os nossos policiais militares e civis prenderem várias vezes os mesmos criminosos e vê-los soltos reiterando a prática de outros crimes.

Eu agradeço a atenção que me foi dispensada e coloco-me à disposição, e não somente agora, no dia de hoje, mas sempre, em qualquer outra oportunidade que for necessária, para dar informações a este Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao eminente secretário César Augusto Grubba pela sua manifestação.

A título de informação, sr. secretário, conforme preconiza o art. 340 do Regimento desta Casa, quando as sras. deputadas e os srs. deputados formularem perguntas a v.exa., se o senhor precisar recorrer a algum técnico, ou ao comandante-geral da Polícia Militar ou ao delegado-geral, poderá chamá-los para, juntamente com v.exa., responder aos questionamentos.

Convido, neste momento, v.exa. para ocupar uma cadeira na mesa principal dos trabalhos.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao autor do requerimento, deputado Mário Marcondes, para fazer a sua manifestação, evidentemente fruto da convocação do secretário a esta Casa.

Após a manifestação do deputado Mário Marcondes, o secretário terá igual período para responder os questionamentos.

O SR. DEPUTADO MÁRIO MARCONDES - Sr. presidente; sras. deputadas e srs. deputados; sr. secretário de Segurança Pública, César Grubba; membros da imprensa; população catarinense que nos acompanha através da TVAL e da Rádio AleSc Digital.

Quero cumprimentar também os nossos valorosos servidores da Segurança Pública do estado, assim como também os aprovados nos últimos concursos das Polícias Civil e Militar e do IGP que se fazem presentes neste plenário.

Inicialmente, gostaria de agradecer a presença do sr. César Grubba, secretário de estado da Segurança Pública, que veio até a Assembleia Legislativa para nos repassar as pertinentes informações acerca de ações que visam melhorar a segurança dos catarinenses.

A nossa solicitação da presença de v.exa. nesta Casa, é bom que se diga, em momento algum foi motivada por proselitismo político ou mesmo para tornar este um momento de críticas e palanque para a sociedade. Na verdade, todos os 40 parlamentares eleitos pelo povo catarinense, que fazem parte desta Casa, tenho certeza de que são cobrados pela população em seus contatos cotidianos nas cidades, pela situação de medo e angústia que vive a nossa população.

É perfeitamente compreensível que o agravamento da crise econômica e o desemprego levem um enorme contingente de cidadãos e cidadãs desesperados a cometerem, eventualmente, atos ilícitos, elevando os números de assaltos, furtos e, inclusive, latrocínios. Entretanto, o que mais me assusta no cenário da Segurança Pública é que, de maneira geral, as estruturas estatais parecem estar "correndo atrás", entre aspas, do crime organizado.

Aliás, secretário, entendo perfeitamente que muitos aspectos das estratégias de inteligência das nossas polícias não poderão ser repassados no dia de hoje, devido a transmissão da mídia, inclusive. Mas, de antemão, gostaria de sugerir à comissão de Segurança da AleSc, aos líderes e aos deputados interessados que possam,

eventualmente, se reunir com o gabinete de v.exa. para compreender essas ações e repassar o que temos acompanhado no contato direto com a população.

As dúvidas e os questionamentos que estaremos levantando no dia de hoje, mesmo após o relato do sr. secretário muito bem detalhado, são o resultado de debates e reuniões em várias regiões de Santa Catarina e com os segmentos organizados da Segurança Pública catarinense.

Inicialmente, secretário, gostaria de questionar acerca do sucateamento da estrutura da Segurança: viaturas em condições lamentáveis, delegacias de polícias que funcionam praticamente meio expediente, e poucos servidores para o atendimento dessas delegacias.

Temos exemplos desse sucateamento com interdições de delegacias; o fechamento de delegacias em regiões importantíssimas, como a de Campinas, em São José; e o caso da delegacia de São João Batista, que se encontra coberta por uma lona.

A burocracia das delegacias com os ditos Boletins de Ocorrências acabam retirando a prioridade na investigação de crimes da Polícia Civil, função central e prioritária dos nossos agentes. Por mais que existam atualmente os boletins *on-line*, sabemos que a maior parte das ocorrências acaba sendo realizada presencialmente, pela dificuldade de acesso à *Internet*. Há pouca familiaridade com as tecnologias de grande parte da população, principalmente a população mais simples do nosso estado. Aliás, a demora e eventual falta de expectativa da resolução de uma série de pequenos e médios crimes tem levado uma grande parcela da população a desacreditar de sequer registrar essas ocorrências. O que, infelizmente, acaba depondo contra a instituição que, com as precárias condições que trabalha, desdobra-se para dar a melhor resposta possível à sociedade.

Em conversa com o representante das Polícias Civil e Militar, com o sindicato, com a associação, bem com a comissão dos aprovados em concursos das polícias, fomos relatados dados que me preocupam.

Primeiro, o crescimento da organização e força das facções criminosas no estado de Santa Catarina, com o PGC praticamente comandando ações nos presídios. E o PCC, que é uma facção vinda de grandes centros, disputando em regiões metropolitanas, como em Joinville, por exemplo, o comando do tráfico e da criminalidade.

Segundo, tivemos informações do Sinpol que em fórum nacional de segurança foi informado que o Sistema de Proteção à Testemunha do nosso estado não se encontra funcionando.

Terceiro, gostaríamos de saber se procede que a DIC - Divisão de Investigação Criminal -, na região de São Miguel do Oeste, e as 28 cidades da região de fronteira, área estratégica para combater a entrada de drogas e armas, contam somente com três servidores da Polícia Civil para essa função?

Quarto, foi-nos informado que atualmente as residências de policiais aposentados têm sido alvo de invasões e arrombamentos de criminosos por se tratar de locais onde sabem que poderão encontrar armas para serem utilizadas em crimes futuros.

Quinto, queremos saber se procede que há poucos meses foram furtadas, em Lages, em torno de 300 armas que haviam sido apreendidas em operações policiais?

Sexto, gostaríamos de saber se procede que os efetivos das Polícias Civil e Militar atualmente encontram-se abaixo dos números das décadas de 1980?

Com relação ao efetivo, cabe aqui um relato significativo. Conforme o relatório de

exclusão dos serviços ativos, em 2015 tivemos 678 baixas na Polícia Civil, e v.exa. também já afirmou isso. A tendência é que tenhamos números aproximados em 2016. No exercício matemático, se tivermos, em 2015 e em 2016, aproximadamente 1.200 baixas na Polícia Militar e chamarmos apenas os 650 aprovados no concurso da PM, teremos um déficit de, aproximadamente, 600 policiais militares a menos nas ruas nos próximos anos.

Levando-se em conta que ainda os aprovados e as aprovadas terão que frequentar nove meses de academia para poderem ir, efetivamente, para as ruas, somente em meados de 2017 estará equilibrado o efetivo relativo ao final de 2015.

Portanto, sr. secretário, de antemão, solicito a v.exa. - e pretendo levar essa demanda ao nosso governador Raimundo Colombo - que seja ampliada a validade do prazo do edital do último concurso, fato que já tem vários precedentes em nível nacional, até aqui em Santa Catarina, para que o efetivo dos 1.177 excedentes também seja convocado, e com a maior brevidade possível, bem como da Polícia Civil e do IGP, a mesma medida seja tomada.

A nossa Polícia Civil encontra-se, hoje, com, aproximadamente, 2.900 agentes, dos quais, segundo o Sinpol, 1.600 encontram-se em condições de aposentadoria imediata.

Com o fim do abono permanência, bem como a promoção das aposentadorias, corremos o risco de perder um número maior de servidores e o efetivo reduzir ainda mais.

Prezado secretário, peço, encarecidamente, que possamos criar uma força-tarefa que combata os arrombamentos nas casas das pessoas, nos bairros, pois, assim como tivemos a força-tarefa para evitar arrombamentos dos caixas eletrônicos dos bancos - e os quais, claro, também merecem a proteção do estado, mesmo obtendo lucros gigantescos anualmente e tendo as suas estruturas todas seguradas -, o cidadão humilde, que pena para comprar uma televisão, um celular, uma bicicleta, também deve ser protegido, e até preferencialmente, pois a sua dificuldade em obter novamente esses bens é, sem sombra de dúvida, muito maior.

Por fim, sr. secretário, no campo das sugestões, e não vamos ficar aqui somente apontando dificuldades e criticando o sistema que está sendo aplicado e muito bem implementado por v.exa., gostaríamos de propor:

Primeiro, a criação de uma diretoria de planejamento na Polícia Civil do estado de Santa Catarina, como já existe na Polícia Militar;

Segundo, a criação de um Comitê Estadual de Segurança Pública ou Conselho Estadual de Segurança Pública, algo que pretendo propor por projeto de lei nos próximos dias, que envolva os entes da Segurança Pública, os Poderes constituídos e a sociedade civil para que possa, de forma permanente e articulada, planejar e sugerir políticas públicas de segurança para os catarinenses;

Terceiro, que sejam ampliadas ações de cooperação entre Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e entidades nos moldes do Proerd e Vizinhança Solidária, para que, de forma coletiva, possamos melhorar as nossas ações;

Quarto, gostaríamos de sugerir que possamos regulamentar o uso de armas pelos agentes do IGP, que transportam armas, drogas apreendidas e hoje necessitam de escolta para garantir a sua vida e segurança.

Por fim, quero fazer um agradecimento pessoal às nossas polícias e servidores da Segurança Pública, a melhor polícia do Brasil, uma polícia séria, honrada, abnegada, que, com raras exceções, honra a farda e a

profissão, que não é corrupta, que não abusa da violência, que, mesmo com todas as dificuldades, coloca a vida em risco cotidianamente para defender cada cidadão.

Quero reiterar o pedido pela chamada urgente não somente dos aprovados, mas também de todo excedente, pois por mais que as câmeras de monitoramento e novas tecnologias colaborem na melhora do sistema, é o fator humano, os homens e as mulheres, corajosos e abnegados, com atuação diária e nas ruas e também nas casas, na repressão ao crime e na investigação, que poderão dar à nossa gente a segurança e a tranquilidade tão merecidas.

Muito obrigado a cada um dos parlamentares, a toda a população catarinenses e, principalmente, ao sr. secretário César Grubba.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a v.exa. pela sua manifestação, deputado Mário Marcondes.

Sr. secretário, conforme o nosso Regimento prevê, v.exa. pode optar em responder a colocação de cada parlamentar ou, se preferir, pode fazer um apanhado de todas as perguntas dos parlamentares e dar a resposta apenas no final.

Então, pergunto a v.exa. qual é a metodologia que gostaria de aplicar neste momento?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Sr. presidente, eu gostaria de responder, já em seguida, as manifestações dos srs. deputados, porque as indagações são inúmeras e não consegui, na verdade, anotar nenhuma. Vou tentar me lembrar de alguma coisa, mas, se não consigo de um deputado, imagine de todos. O meu HD já está meio cheio e tenho que fazer um *upgrade* do meu HD!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Então, faremos o seguinte: o secretário dará as respostas aos questionamentos do deputado Mário Marcondes.

(O deputado Ismael dos Santos fala fora do microfone.)

E lembro que o tempo será de até dez minutos, conforme o Regimento, mas acredito, com o bom senso dos srs. deputados, que entre três e cinco minutos será suficiente.

Para esclarecimento, digo que o secretário tem o tempo limite de até 15 minutos para responder as perguntas do deputado Mário Marcondes e se o deputado que se dirigir ao microfone para fazer as perguntas levar três minutos para perguntar, o secretário terá os mesmos três minutos para responder. Até porque a opção dele é dar a resposta após cada interpelação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, proponho um tempo de cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Já foi acordado, inclusive por sugestão do deputado Ismael dos Santos, o tempo de três a cinco minutos.

Neste momento, concedo a palavra ao secretário de Segurança Pública para responder as perguntas do deputado Mário Marcondes. E depois o primeiro inscrito é o deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Mário Marcondes, muitas das suas indagações vêm ao encontro do que pensa este secretário de Segurança Pública também, ou seja, a preocupação que se tem com a estruturação das nossas Polícias Civil e Militar. Há algumas questões pontuais sobre o número de policiais em delegacias e a DIC de São Miguel do Oeste, e eu teria que ter a ajuda do delegado Marcos Ghizoni, que está presente. E não sei se ele tem algum número para concordar, rebater ou argumentar com relação a essa situação específica.

Concordo que o elemento mais importante na Segurança Pública, no combate à criminalidade como um todo, é o efetivo, tanto das Polícias Civil e Militar, como também os peritos do IGP.

Eu não concordo quando v.exa. diz - e naturalmente alguém fez essas colocações a v.exa. -, que as viaturas estão sucateadas no estado de Santa Catarina. Apenas para terem uma ideia, devo dizer que temos, hoje, aproximadamente, seis mil veículos na Segurança Pública no estado de Santa Catarina. Como coloquei, adquirimos e entregamos para as Corporações 2.329 novas viaturas, ou seja, renovamos quase metade da frota de viaturas de Santa Catarina, sem contar, sem prejuízo, deputado, daquelas viaturas que são, todos os meses, compradas novas diretamente pelos municípios, através de convênio de trânsito, tanto para a Polícia Militar quanto para a Polícia Civil.

Então, rechaço totalmente essa afirmação de que as viaturas da Segurança Pública estão sucateadas. Temos viaturas que vão ao confronto, que batem, que levam tiros na criminalidade e são encostadas, muitas vezes, ou inservíveis e vão ser vendidas ou então consertadas.

Com relação à recomposição dos efetivos, muitas dessas demandas que v.exa. colocou na sua fala realmente são carentes de novos efetivos na Polícia Civil, na Polícia Militar, no IGP. Mas o governo do estado de Santa Catarina está fazendo o que é possível ser feito. Eu volto a repetir que já foram incluídos 5.235 novos agentes na Segurança Pública do estado de Santa Catarina. Imagine, deputado, se não tivesse havido essa inclusão, como seria tendo em vista a saída de igual número de policiais, e tantos outros que têm tempo de serviço e estão prontos para ir embora?! Eu tenho tempo e idade, mas não pretendo ir tão cedo. Assim, não se pode dizer que mil policiais que têm tempo de serviço amanhã irão requerer aposentadoria para ir embora para casa. Mas estamos combatendo essa defasagem da Segurança Pública com relação aos efetivos policiais, e o governo do estado tem feito todos os esforços necessários.

Se fosse possível ao governador e ao secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, autorizar a nomeação, a inclusão de mais cinco mil policiais, tenho certeza de que eles fariam imediatamente. Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem que ser atendida, mas o governador já garantiu, independentemente da Lei de Responsabilidade Fiscal, que no dia 1º de junho agora próximo serão nomeados mais 1.294 policiais para Santa Catarina. Serão 658 policiais militares, volto a repetir; mais 66 delegados de polícia; mais 420 agentes da Polícia Civil; e 150 auxiliares criminalísticos. E hoje temos na Academia da Polícia Civil, em Canasvieiras, 31 ou 32 escrivães de polícia que já estão em formação. Eles foram nomeados em dezembro do ano passado, devendo se formar no mês que vem. Há 30 dias, tivemos a formação de um grupo de mais de 30 psicólogos também, policiais que foram encaminhados para diversas DPCAMI - Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso.

Com relação ao sucateamento das instalações físicas da Segurança Pública, não posso concordar. O número por si fala. Nós temos 1.025 estabelecimentos, quer da Polícia Militar, quartéis da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil, delegacias em comarcas, delegacias em municípios. Algumas dependem de reformas, outras de ampliação, outras de construção novas, mas neste governo nós já realizamos 479 novas obras - execução, ampliação e reforma. Temos 46 obras em execução no estado de Santa Catarina, e estão previstos mais 18 editais licitatórios para obras da Segurança Pública ainda neste ano.

Volto a falar em valores: foram investidos R\$ 164 milhões, de 2011 a 2016, na Segurança Pública de Santa Catarina.

Em função da preservação de identidade, preservação de execução, não posso falar, mas o Provita em Santa Catarina - e eu também não concordo, pois essa informação que me foi passada não procede -, o programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que é comandado pelo secretário adjunto da Segurança Pública, delegado Aldo Pinheiro D'Ávila, e um grupo gestor que trabalha no referido programa... Inclusive, temos convênio com o governo federal, com a secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, convênio esse renovado agora em 2016. O Provita em Santa Catarina funciona normalmente, está em pleno vapor, não tem nenhum obstáculo. Não posso dizer os números nem o local onde estão, mas temos pessoas sob proteção do Provita. Portanto, ele funciona normalmente no estado catarinense.

Com relação a São João Batista, concordo com o senhor. Foi colocada uma lona, está infiltrando água na delegacia de polícia do referido município, mas já foi autorizado ao setor competente da secretaria de Segurança Pública - a Diretoria de Planejamento e Avaliação - fazer o processo licitatório. Não me recordo agora se foram R\$ 90 mil ou R\$ 100 mil necessários para a reforma de toda a necessidade da delegacia de São João Batista.

(O delegado Marcos Ghizoni fala fora do microfone.)

O delegado-geral, Marcos Ghizoni, informa-me que a DIC de São Miguel do Oeste compõe-se, hoje, de um delegado, um escrivão e dois agentes. A defasagem seria de um agente, mas está funcionando. O delegado-geral adjunto da Polícia Civil está aqui para prestar as informações.

Eu não sei se se ficou faltando alguma resposta específica. É isso? Obrigado, deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito bem, feita a manifestação do secretário, vamos passar agora para as interrogações e manifestações dos parlamentares. Conforme o combinado, o tempo será de três a cinco minutos no máximo. Nós estipulamos três e, se houver necessidade, concederemos mais dois minutos.

Concede a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom-dia, sr. presidente; sr. secretário César Grubba, e em seu nome cumprimento toda corporação da Segurança Pública do estado de Santa Catarina; demais parlamentares!

Eu falo pelo sul de Santa Catarina, que foi o primeiro a se insurgir em relação à epidemia muito forte de violência. Em dezembro de 2014, o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, levou até a sede da Associação Comercial e Industrial de Criciúma toda a Corporação, ou seja, todos os líderes da secretaria de Segurança Pública, fazendo um relato, efetivamente, do que estava acontecendo.

Mas o marco fundamental e muito importante foi no dia 27 de abril do ano passado, quando ocorreu o homicídio da médica Mirella Peruchi, que estava voltando da aula de francês com o seu marido, foi alvejado por três tiros e faleceu. Isso ficou emblemático na cidade, houve uma comoção muito forte e as forças vivas se uniram numa pauta de reivindicações que eu entendo de supra e suma importância.

Poderíamos falar da reforma da Delegacia da Mulher, que está encaminhada, que é o imóvel alugado pelo Iprev, que encaminhou de uma forma muito intensa; do caso do Casep - Centros de Atendimento

Socioeducativo Provisório -, que não é seu, mas da secretaria de Justiça e Cidadania, mas o edital de licitação também foi lançado e não há dúvida nenhuma disso.

Nós poderíamos falar de outras ações que estão a caminho, como a reforma do Presídio Regional de Criciúma, o Santa Augusta.

Mas houve alguns pontos que foram fundamentais e precisamos fazer a recomposição dos números que são de suma importância e significativos.

Nessa parte dos números, entendemos que o sul de Santa Catarina, infelizmente, tem contribuído de uma forma muito negativa. Na cidade de Criciúma, em 2015, houve 28 homicídios para cada 100 mil habitantes. E se eu colocar Balneário Rincão, na verdade veremos que foram quase dez mil habitantes para 17 homicídios, a região, obviamente, mais intensa, creio eu, com números similares ao do Rio de Janeiro ou da área que foi colocada lá como mais intensa.

Mas podemos falar de algumas situações. Entendo, e venho notando de uma forma muito intensa, a redução do quadro, e v.exa. tem feito um esforço no sentido de recompô-lo. E quanto aos 658 policiais militares que serão chamados agora no dia 1º de junho, sr. secretário César Grubba, eu solicitaria, na verdade, que o número ficasse realmente de recomposição daquilo com uma identidade de um banco de dados que tem entre o número de homicídios, de periculosidade e de registro.

Então, conversando com a Polícia Militar - e o comandante-geral está aqui presente -, 90 policiais militares para o sul de Santa Catarina seriam de suma importância para a recomposição, 60 para a Amrec, e mais 30 para a Amesc, que é o que pede o comando da Polícia Militar.

Dos agentes da Polícia Civil, e são 420, no mínimo 40. E estou citando os números expressivos, porque dos dez delegados que tínhamos, v.exa. sabe que o delegado Ulisses Gabriel veio para a Adepol, que o delegado Vitor Bianco Júnior veio para a Academia, e que o Juarez de Souza Medeiros também veio. Enfim, temos lá um número reduzido de uma forma muito intensa.

A base área no sul, e temos aqui na capital, em Joinville, e em Lages... O sul de Santa Catarina tem um milhão de habitantes, na alta temporada tem Garopaba e Laguna, e não temos um equipamento desse porte de uma base aérea naquela localidade. Por isso, entendemos que na ordem cronológica de descentralização do sistema...

E mais: essa formação dos 40, 60, 100, 120 policiais, se for feita na capital, e com essa defasagem que há... Algum tempo atrás, a Polícia Militar já fez a escola de formação, e tem espaço para tal, como no Comando da Polícia Militar da cidade de Criciúma, onde se pode levar para lá já uns 30, 40, 60, 100, o que v.exa. determinar. Mas que façam os cursos de formação lá e tenhamos, obviamente, esse acompanhando, e fazendo trabalhos importantes e significativos, inclusive.

Eu gostaria de dizer que é importante e significativa a sua vinda até aqui, mas nós, do sul de Santa Catarina, em virtude desses altos índices, pretendemos recompor a ordem pública com as forças vivas todas juntas, com os projetos que entendemos que são responsabilidade de todos. Mas precisamos de uma atenção e de um carinho especial, tanto das Polícias Militar e Civil, quanto do governo do estado e de v.exa., para essa recomposição importante na nossa região.

Houve um avanço, e temos que dizer em que se avançou: das 100 câmeras de segurança, e isso também era uma pauta, 40 já estão sendo instaladas e 60 estão em vias

de serem instaladas. Portanto, temos que fazer o registro daquilo que avançou, mas, obviamente, temos que fazer a constatação daquilo que entendemos necessário.

Assim, dos 71 policiais que há na cidade de Criciúma, dá um policial para cada três mil habitantes. Então, é um número muito insignificante perto das outras regiões.

Então, pediria ao senhor uma atenção especial e fundamental ao sul de Santa Catarina, que tem um vice-governador, uma representação nesta Casa e clama por segurança.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero registrar a presença do ex-deputado estadual e prefeito de Balneário Rincão, Décio Góes. Seja bem-vindo!

De acordo com o que foi acordado, concedo a palavra, por até três minutos, ao sr. secretário para a sua manifestação.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Muito obrigado pela sua intervenção, deputado Luiz Fernando Vampiro, e por esclarecer que, efetivamente, houve alguns avanços na região de Criciúma e na região sul. E outros ainda haverão de ocorrer, pois temos uma ação forte na região sul, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, e construções, reformas e ampliações em algumas unidades das Polícias Civil e Militar e também do IGP.

Também vamos olhar com muito carinho essa questão do efetivo. Eu não tenho o número agora de quantos vão para Criciúma, mas, com certeza, a determinação aos nossos comandos, tanto ao Comando-Geral da Polícia Militar como da Delegacia-Geral da Polícia Civil, é que sejam feitos - e o Estado Maior da Polícia Militar está fazendo - os estudos técnicos para que possamos, de forma técnica e objetiva, fazer a distribuição. Eu sei que esses 659 novos policiais, quando estiverem formados, os novos praças da Polícia Militar, na verdade não vão atender as expectativas de nenhum município de Santa Catarina, e temos que reconhecer isso. Nenhum município vai ficar satisfeito com o que vai receber de policial militar, até porque neste ano temos uma média de evasão na Polícia Militar polícia de 600 a 650 por ano, vão ingressar 658 e, na verdade, vai dar apenas para recompor os efetivos que estão indo para a reserva renumerada da Polícia Militar.

Mas temos que, em detrimento de favorecer "a" ou "b", obedecer a critérios eminentemente técnicos para a formação desses novos policiais.

Eu conversei com o comandante-geral, coronel Paulo Henrique Hemm, que está aqui presente, e posso dizer que vamos inaugurar, acredito que agora no mês de maio, no Centro de Ensino da Polícia Militar, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças com 14 salas de aula. Eu não sei se a intenção primeira da Polícia Militar era concentrar a formação desses 658 praças aqui em Florianópolis, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças - CFAP -, que, como eu disse, será inaugurado agora no mês de maio, com aproximadamente 14 salas de aula.

Então, pediria ao coronel Paulo Henrique que compareça aqui em plenário para dar algumas explicações técnicas mais detalhadas.

Mas vamos verificar a possibilidade de fazer alguma descentralização de formação de praças. Se isso for possível e necessário, com certeza alguns serão formados na região de Criciúma.

Com relação às câmeras, que foram ressaltadas pelo deputado, quero dizer que estamos avançando, pois 40 foram instaladas. Nas demais ocorreu um problema na questão dos links no Ciasc, mas serão finalizadas o mais rápido possível.

No projeto de expansão das aeronaves da Polícia Militar e da Polícia Civil, na próxima expansão que houver, uma delas está prevista para a sede em Criciúma.

(O comandante-geral fala fora do microfone.)

Deputado Luiz Fernando Vampiro, o comandante-geral me informou que haverá uma parcial descentralização de formação de praças, e está prevista uma formação na cidade de Criciúma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação do secretário, na sequência concedemos a palavra para a deputada Luciane Carminatti, pelo tempo de três a cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu quero cumprimentar o secretário César Grubba e agradecer pela sua presença; e o comandante-geral, Paulo Henrique Hemm, nosso coronel conhecido de Chapecó.

Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o trabalho que as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e o pessoal administrativo executam. Tenho certeza de que é um trabalho em equipe, que tem esforços de todos esses profissionais, e precisamos, sim, enaltecê-lo. Mesmo que haja críticas, entendemos que há grandes possibilidades de melhorar, mas temos que enaltecer que há um trabalho em conjunto, e isso é importante.

Eu tenho várias perguntas a fazer. Em primeiro lugar, em se tratando de Chapecó, quero dizer que tive uma reunião com o governador há um mês e perguntei por que não se pensa em um diagnóstico mais integrado, mais elaborado da região de Chapecó, do oeste de Santa Catarina e de Chapecó.

Por que eu falo isto? Porque em alguns municípios neste país, como é o caso do ABC Paulista, nós conseguimos reduzir drasticamente o índice de criminalidade, a partir de uma ação integrada de todas as polícias.

Então, quando perguntei ao governador, ele me disse que iriam estudar e elaborar um diagnóstico completo de Chapecó, porque de fato é uma cidade que nos últimos anos tem figurado com índices maiores de criminalidade.

Eu gostaria que isso fosse apresentado para nós, considerando que em Chapecó, mesmo que algumas ocorrências tenham diminuído do último ano para cá, temos furtos, roubos, homicídios, assaltos nas agências - e somente no Sicoob ocorreram cinco assaltos neste último ano. E há também assaltos a moradias. Em um dos bairros mais populoso de Chapecó, que é o Efapi, que mais cresce, hoje em torno de 50 mil habitantes, nós tivemos 50% do aumento de ocorrências em relação ao ano passado.

Então, a primeira pergunta é a seguinte: o que é possível fazer para Chapecó, para a nossa região, do ponto de vista de ações mais integradas?

O segundo questionamento é sobre as câmeras de monitoramento. Nós tivemos dois casos gravíssimos em Chapecó: um assassinato e uma tentativa de assassinato, e as câmeras estavam desligadas. Então, o que se está pensando não apenas na instalação, mas para que isso não ocorra mais?

A terceira pergunta é sobre a Delegacia da Mulher, que em Chapecó funciona somente no horário da tarde e não funciona no final de semana. Então, com uma Delegacia da Mulher que funciona à tarde, não dá para dizer para as mulheres que elas sofrem uma violência doméstica, mas têm que se adaptar ao horário do estado.

Outra pergunta é com relação aos técnicos administrativos. Gostaria de fazer um

pedido para que fosse recebido o sindicato que está reivindicando, há vários dias, por várias tentativas, audiências para responder pautas dos técnicos administrativos.

A quinta pergunta é com relação ao que já foi aqui mencionado, mas há uma reivindicação forte para saber quando sai efetivamente o edital de convocação dos policiais militares, e com relação também aos excedentes.

A sexta pergunta sobre uma dúvida que tenho: o que é o Centro Integrado de Comando e Controle - CICC? Qual é a sua função e para que ele serve?

A última pergunta: quem opera os bloqueadores de celulares nas áreas consideradas de segurança, como nos presídios, por exemplo? Porque todos os dias ficamos sabendo que entram celulares e que há comunicação nos presídios como a comunicação externa

Por fim, quero dizer, secretário, que não vejo a Segurança Pública apenas atuando de uma forma. Acho que devemos intensificar, e quero fazer o pedido para Chapecó, porque presenciei isso em vários momentos, do Serviço de Inteligência. Nós precisamos de mais delegados da Polícia Civil e mais profissionais atuando em Chapecó. Hoje, o município tem 200 mil habitantes e circulam por dia 300 mil pessoas, num raio de 1.200.000 habitantes, e temos visto crescer muito a criminalidade e diminuir o número de policiais.

Eu sei que é enxugar gelo, porque saem mais policiais do que entram, mas gostaria de solicitar que, efetivamente, pensássemos uma ação mais integrada, planejada e contínua do processo de Segurança Pública. Não creio que se trata de apenas uma ação. Precisamos ter uma ação global em conjunto, que combine também com iluminação pública, lazer, cultura, esporte e arte.

Muito obrigada!

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputada, v.exa. tem razão! Precisamos combater também as causas primárias da criminalidade. Como coloquei na minha explanação, apenas as Polícias fazendo a repressão da criminalidade, é enxugar gelo. Temos que trabalhar na prevenção.

Quanto à questão da integração, estamos fazendo um trabalho forte de integração entres as Polícias Militar e Civil, a partir das chefias, do comandante-geral e do delegado-geral, Artur Nitz, que não está aqui presente hoje por estar viajando, mas está presente o delegado-geral adjunto, Marcos Ghizoni. Estamos fazendo, a partir da ramificação dos comandos centrais, a integração, com um trabalho de inteligência da Agência Central de Inteligência da Polícia Militar - ACI - e da Diretoria de Inteligência da Polícia Civil - DIPC -, para um trabalho integrado das nossas polícias.

Com relação a Chapecó, há um trabalho integrado das polícias. E com relação há falta de efetivo, eu concordo com a deputada, mas não temos de onde tirar efetivo. Não querendo ser chulo, não é passar no Almoarifado e pegar um delegado. É preciso nomeação, formação, escola, enfim. Agora, o governador, no dia 1º de junho, vai nomear 66 novos delegados. Quicá todos tomem posse, porque uma coisa é a nomeação, outra coisa é a posse. Quicá todos os 66 delegados nomeados tomem posse no dia 1º de junho. Eles vão para a Academia e logo estarão aptos para serem, então, distribuídos aos diversos municípios de Santa Catarina. E Chapecó, com certeza, também será contemplado.

O Centro Integrado de Comando e Controle funciona como multiagência. Na verdade, foram implantados seis CICCs em todos os estados sedes da Copa, e agora,

numa parceria do governo do estado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp -, através da dra. Regina Miki, foi assinado um convênio em que a união vai implantar os CICCs nos demais estados que não foram beneficiados como sede da Copa, e Santa Catarina é um deles. Lá funcionará o 190, a Central Regional de Emergência da Polícia Militar, como forma de multiagência. Também teremos lá integrantes da Polícia Civil; a Inteligência; câmeras de videomonitoramento, que irão monitorar os espaços públicos dos diversos municípios de Santa Catarina. Em todos os municípios de Santa Catarina que houver câmeras de videomonitoramento, elas estarão ligadas, por *link*, ao Centro Integrado de Comando e Controle. Então, até o final deste ano, estaremos com o serviço de câmeras de videomonitoramento em 149 municípios catarinenses. Assim, os 149 municípios vão estar ligados ao CICC. E funcionará lá também o Corpo de Bombeiros Militar, a Guarda Municipal, a Polícia Civil, enfim todos os agentes que compõem a Segurança Pública do estado.

O delegado Ghizoni está-me dizendo que a DPCAMI de Chapecó, durante o horário de expediente, das 12h às 19h, está funcionando, e fora disso, há o plantão.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Funciona apenas no horário da tarde, como falei.

Sem ser chula também, secretário, em respeito a v.exa., mas transmita ao governador que Chapecó prefere que feche a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), antiga secretaria de estado de Desenvolvimento Regional, e coloque mais delegados e polícias. Esse é um jeito de encontrar a saída para a questão da segurança pública!

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Volto a dizer deputada, que assim que houver a nomeação dos novos delegados, Chapecó será contemplada. Hoje, o delegado-geral, para colocar um delegado a mais em Chapecó, precisará tirar de outra comarca, que também está defasada em termos de delegado.

Então, o aporte de novos delegados de polícia em Chapecó somente irá ocorrer a partir da nomeação de novos delegados, a partir de 1º junho.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, vai haver?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Vai haver!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. delegado-geral adjunto, Marcos Ghizoni.

O SR. MARCOS GHIZONI - Bom-dia a todos!

Com relação ao aumento do índice de criminalidade no bairro Efapi, somos sabedores, e diante disso já foram encaminhadas duas bases de segurança móveis para lá e estamos buscando, junto ao comando local, maiores operações policiais até que o efetivo policial, tanto esperado, seja composto futuramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, pelo tempo de até três minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Cumprimentando o secretário César Grubba, cumprimentando todas as autoridades presentes.

Tenho algumas coisas para colocar aqui. Vou falar da minha cidade, Joinville, onde estamos com um trabalho sincronizado. Eu tomei a decisão de que todo pedido que eu possa fazer e encaminhar junto ao governo do estado, estou destinando para a Segurança Pública, tanto para a Polícia Civil, quanto para a Polícia Militar, até porque acho que nós, deputados, temos esse papel. E a ajuda que tenho

conseguido junto às Polícias Militar e Civil para o governo do estado, são ajudas que, muitas vezes, não se consegue pelo processo natural. Por exemplo, conseguimos para a DPCAMI de Joinville não apenas uma reforma, mas também um parquinho, que será colocado lá para as crianças, a pedido da delegada, porque as crianças que estão lá ou são vítimas ou filhas de vítimas, e ele servirá para tirar essa carga de uma delegacia.

E a instalação de um hangar para helicóptero são ações, e quero propor que nós, deputados, também possamos buscar isso. Às vezes, ficamos focados nas demandas das prefeituras e esquecemos a questão da Segurança Pública. Então, acho que essa é uma questão muito importante.

Quero agradecer também, porque o comando da Segurança Pública acabou decidindo fazer a mudança no comando de Joinville. De dezembro para cá, a cada dia, estamos tendo informações de ações das Polícias Civil e Militar em que estão elucidando casos. Sempre se fazia a comparação entre o número de policiais de Joinville e Florianópolis, até que um dia eu disse: vamos comparar a produtividade, a resolutividade disso. E chegamos a ter números mostrando que, em Florianópolis, 73% dos casos investigados eram levados a cabo. Em Joinville, estávamos com 24%, e, segundo o promotor, a metade dos casos não ia em frente por falta de provas. Com a entrada do delegado Laurito Akira Sato, houve uma mudança de gestão, e hoje estamos ultrapassando Florianópolis. Joinville está com 75% de resolutividade nos crimes. Ou seja, polícia não se faz somente com pessoas. É preciso inteligência, equipamento e todo um amparo tecnológico para haver um resultado.

A Polícia de Joinville já prendeu os bandidos que decapitaram um rapaz. Ontem, mais de 14 pessoas envolvidas com PCC e PGC foram presas. Ou seja, o Serviço de Inteligência está funcionando em Joinville.

Quero fazer esta manifestação aqui, que é importante. Outro dia, conversava com o dr. Akira, delegado de Joinville, e disse-lhe: dr. Akira, estamos enxugando gelo"! E ele me respondeu com uma frase fantástica: "É verdade! O nosso trabalho é enxugar gelo. O que não podemos é deixar formar poça d'água"!

Tenho apenas um pedido para fazer, secretário. O concurso do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar está para vencer, e existem excedentes. Já tenho tratado disso, e gostaria de saber de v.exa. se haverá prorrogação por mais um ano desse CFO da Polícia Militar, até porque a diferença do primeiro colocado para o último excedente é de 1,2, e das mulheres é de 0,4.

Então, são pessoas que têm a mesma qualidade. Há um concurso, que irá vencer no final de maio, e gostaria de pedir, e até já conversei com o governador, que seja feita a prorrogação. É mais barato para o estado fazer a prorrogação desse concurso do que fazer um novo concurso, já que a qualidade das pessoas que ficaram nesse excedente é quase igual a das que tiraram os primeiros lugares.

Gostaria de saber sobre essa questão, especificamente com relação ao CFO que está para vencer. E foi comprovado que é mais barato fazer a prorrogação por mais um ano do que fazer um novo concurso. E juridicamente é possível fazer a prorrogação do concurso para aqueles que ficaram no excedente.

Muito obrigado!

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, pela sua manifestação e as palavras de apoio às ações da secretaria de Segurança Pública em Joinville.

Efetivamente, o quadro em Joinville, hoje, é diferente, principalmente com a nomeação do delegado Akira Sato e com a mudança do comando do 8º Batalhão, com o tenente-coronel Jofrey Santos Silva. Mudou o quadro, mudou a questão da segurança no município, e as ações são contínuas, permanentes e integradas entre as duas polícias em Joinville.

Com relação ao edital, eu até recebi, formalmente, esse pedido da comissão dos aprovados e dos excedentes no concurso também. Eu o mandei para o Comando-Geral da Polícia Militar para uma manifestação com relação à possibilidade, mas não recebi a resposta de volta ainda. Não sei se o edital previa a possibilidade de prorrogação ou se era findo ao final de um ou dois anos do prazo do concurso. Mandei o pedido para estudo no setor jurídico no Comando-Geral. Não sei se o coronel Paulo Henrique já tem alguma manifestação nesse sentido.

(O coronel se manifesta fora do microfone.)

O coronel Paulo Henrique tem uma cópia, que vai ser disponibilizada, de um documento com relação à possibilidade de prorrogação. Ele informa aqui que parece que não há possibilidade jurídica de prorrogação desse concurso. Portanto, não haverá inclusão de novos alunos-oficiais da Polícia Militar até o final deste ano.

Então, teria que olhar melhor essa situação. Ele, inclusive, informa que essa foi a manifestação da Procuradoria-Geral do Estado, que é o órgão jurídico centralizador das decisões jurídicas do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero cumprimentar o secretário César Grubba; o comandante da Polícia Militar, Paulo Henrique Hemm, e dizer da minha satisfação de poder ouvir essa explanação, como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas nesta Casa.

Gostaria de dizer que escolhemos cinco eixos de atuação: a prevenção, a reabilitação, a ressocialização, a repressão e a questão da legislação. E dois eixos são diretamente ligados à questão da Segurança Pública: a repressão e a prevenção.

Quanto à prevenção, existe o trabalho do Proerd. E quero deixar aqui uma sugestão no sentido de que o Proerd possa expandir a sua ação para outras faixas etárias no estado de Santa Catarina. Trata-se de um trabalho fabuloso realizado com 100 mil alunos, 100 mil catarinenses por ano. Inclusive, poder-se-ia avançar também no Proerd família.

Na questão da repressão, chamou-me a atenção um dado apresentado. Anotei com muito carinho, e quero parabenizar as Polícias Militar e Civil. Refiro-me às mais de oito mil toneladas que foram apreendidas nos últimos 12 meses. Isso denuncia, de forma positiva, o trabalho e a eficiência das Polícias Civil e Militar.

Outra indagação que faço vai na mesma linha do questionamento de outros deputados. Tenho certeza de que todos eles receberam e-mails e telefonemas questionando sobre a ampliação da vigência do concurso. Se mais de mil pessoas, de Santa Catarina e de outros estados, passaram pelo concurso e serão chamadas 658 pessoas, entendemos que seria interessante aproveitar esse excedente. O estado ganharia com isso. Para que fazer um novo concurso?! A minha sugestão fica nessa linha de pensamento, no que se refere à prorrogação da vigência desse concurso para que possamos aproveitar esse excedente de concursados que já passaram por toda essa bateria de testes feita pela Segurança Pública do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado, agradeço a sua intervenção.

Com relação à prorrogação, parece-me que a questão é jurídica. Sabe-se que a prorrogação dos concursos é possível quando, por exemplo, no último artigo do edital consta que o concurso tem a validade de um ano ou dois anos, e poderá ser prorrogado por igual período. Eu mesmo já fiz isso. Inclusive, logo quando assumi, em 2011, proroguei um concurso de delegado de polícia de 2010, que estava para vencer, por mais dois anos. E depois todos os excedentes foram nomeados delegados em 2012.

Mas prometo, junto ao Comando-Geral, à Procuradoria-Geral do Estado e ao governador, verificar a possibilidade de fazer a prorrogação desse concurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Deka May.

O SR. DEPUTADO DEKA MAY - Agradeço a presença do secretário César Grubba; do querido amigo de infância e delegado-geral adjunto, Marcos Ghizoni; do coronel Paulo Henrique Hemm, comandante-geral; do deputado Mário Marcondes e demais deputados presentes.

Secretário, na minha opinião, o mais importante da sua manifestação foi quando, ao finalizar, fez um diagnóstico relativo à questão da legislação, do difícil momento que o país vive, da expectativa que a sociedade tem diante de uma legislação que favorece mais o criminoso que o bom cidadão.

Na realidade, as leis não são feitas para as pessoas de bem, como nós, e sim para aquelas pessoas que, muitas vezes, se beneficiam das leis.

Então, o problema da violência e da insegurança é muito grave. Acho que nunca, na história da humanidade, houve um momento em que o problema da violência e da insegurança teve um fim. Não é apenas no Brasil que isso acontece. O mundo vive um momento de muita insegurança e violência. As pessoas, muitas vezes, manifestam-se com muita violência. Quer dizer, o mal se sobrepõe a essa responsabilidade que o ser humano tem de fazer com que o bem prevaleça.

Então, gostaria de agradecer a v.exa. pela sua presença e dizer que tenho certeza de que v.exa., pela grande responsabilidade que tem, não deve, um dia sequer, deixar de se perguntar o que poderia fazer de melhor. Os deputados lhe fizeram inúmeros pedidos, mas, com certeza absoluta, sei que v.exa. sabe muito bem o que quer. Tenho certeza de que v.exa., muito mais do que nós, tem o diagnóstico preciso do que a Segurança Pública de Santa Catarina necessita.

Desejo-lhe boa sorte! Espero que faça com que as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e todos os que representam, de alguma forma, a Segurança Pública em Santa Catarina possam ser aquilo que os cidadãos catarinenses tanto desejam: alguém que os proteja e consiga minimizar o momento tão difícil que vivem.

Não vi nenhum índice de satisfação do cidadão catarinense nessa sua manifestação, mas ele é muito baixo. Esta Casa é uma caixa de ressonância, e os deputados estão aqui trazendo essa angústia do povo catarinense. Eu imagino que o mais angustiada aqui deva ser v.exa., pela responsabilidade que tem, bem como todos os que trabalham com a segurança pública neste estado.

Como deputado, quero fazer o esforço necessário para ajudar. O delegado

Marcos Ghizoni já esclareceu sobre as situações que indaguei, como as questões do IGP de Tubarão e das viaturas para a região da Amurel - Associação de Municípios da Região de Laguna. Mas esse olhar diferenciado não deve ser apenas para a minha região. V.Exa. vai receber pedidos de vários deputados, pois todas as regiões precisam ser atendidas. Sei que o bom senso de v.exa., a boa vontade do governador e a dedicação de todos vocês, que trabalham com segurança, farão com que a Segurança Pública neste estado possa melhorar e ser um dia como tanto queremos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. secretário.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Gostaria apenas de agradecer ao deputado Deka May pela suas palavras de apoio, carinho e reconhecimento.

Efetivamente, as Corporações, as polícias, os comandos-gerais, o comandante e o delegado-geral, o diretor-geral do IGP, o comandante do Corpo de Bombeiros, enfim toda a equipe vive a Segurança Pública 24 horas por dia. Nós não temos sábado, domingo e feriado. Estou há seis anos e quatro meses nessa lida e tirei somente 20 dias de férias até hoje. Tenho 32 anos de Ministério Público, e lá tinha férias todos os anos. Eu não me preocupava: fechava a porta e ia para casa. Hoje, o celular toca na madrugada, no sábado, no domingo, não tem hora, não tem dia! Mas estamos aí para combater a criminalidade.

Hoje, como v.exa. colocou muito bem, temos a inversão dos valores, em que o mal é muito mais ativo do que o bem. O problema é que a sociedade está acuada. Eu nasci em Jaraguá do Sul, em 1956, 60 anos atrás. Morei até os 18 anos no município e depois vim para Florianópolis. Também morei em diversos municípios de Santa Catarina como promotor: em Pinhalzinho, Xaxim, Xanxerê, Chapecó, São Bento do Sul e Joinville. Conheço bem o estado, morei em muitos municípios de Santa Catarina. Ainda sou daquele tempo em que não era preciso gradear as portas, janelas, o quintal, e colocar alarme. Hoje, o cidadão de bem fica em sua casa com alarme, porta gradeada com chave quádrupla, grades nas janelas e muros, e o criminoso está respondendo o processo em liberdade nas ruas, praticando novos crimes. Como eu disse, se ele não tiver nada a perder, não vai parar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Bom-dia!

Gostaria, em nome do secretário César Grubba, de cumprimentar toda a equipe. Parabéns a todos os envolvidos na questão da Segurança Pública de Santa Catarina.

Secretário, também estão presentes aqui os presidentes de dois Conselhos da minha cidade, Blumenau, de dois bairros bem numerosos em população: o sr. Lindomir Antonio Caglioni, que representa o bairro Fortaleza e região, e o sr. Celso Marloch, que representa o Conselho do Garcia. E eles trazem uma série de demandas daquele município, que já são do conhecimento de v.exa., e acho que são de todo o estado de Santa Catarina. Numa cidade como Blumenau, que era referência também para o estado de Santa Catarina, tivemos, na semana passada, o 13º homicídio, e isso não acontecia na nossa cidade. Além de roubos, arrombamentos e assaltos a transeuntes. Isso é um absurdo e acho que v.exa. tem conhecimento desse diagnóstico. O que fazer?

Achei que aqui teríamos um planejamento para resolver esses problemas que estamos enfrentando em todas as regiões do estado. Encaminhei uma correspondência a

v.exa., no ano passado, sobre a questão dos efetivos que seriam chamados, e foi-me respondido que seriam chamados em 29 de fevereiro. Passou a data e v.exa. está falando agora que será no dia 1º de junho. Mesmo assim, não vai cobrir o déficit que há, como v.exa. mesmo disse.

Mas o que pensamos para o futuro? Além do déficit que vai ficar, um saldo negativo, porque não vai cobrir o que está faltando, neste ano, o ano que vem e em 2018 também haverá um grande número de policiais que irão se aposentar. Qual é o planejamento que temos para isso?

E trago outra questão: a Delegacia da Mulher em Blumenau funciona somente à tarde, e isso é um absurdo. E a Delegacia da Mulher da cidade de Indaial, além de funcionar meio período, divide o espaço com um departamento que faz carteira de motorista, o que também não é certo, pois ela teria que atender apenas as mulheres, crianças e idosos, como diz a legislação.

Pergunto a v.exa. se vão ser resolvidos esses problemas: a questão do horário e da Delegacia da Mulher em Indaial?

Outro questionamento que faço é o seguinte: para que um arco cirúrgico em Balneário Camboriú, que v.exa. explicou? Para que serve um arco cirúrgico? Trata-se de alguma questão de segurança, ou a Segurança Pública está fazendo alguma intervenção cirúrgica? Não entendi o porquê disso.

Para atender a minha cidade, o 10º Batalhão da Polícia Militar atende a nove municípios da região de Blumenau. Temos uma população de quase 481 mil habitantes, e contamos com 402 policiais, e sairão mais alguns agora.

No 13º Batalhão, da região de Rio do Sul, que atende a 28 municípios, temos 322 policiais; e no 18º Batalhão de Brusque, que atende a quatro municípios, temos apenas 160 policiais. Então, é muito baixo o número de efetivos para atender a essa demanda que v.exa. tem conhecimento, e gostaria de saber o planejamento para o futuro, porque a criminalidade está aumentando cada vez mais.

Muito obrigada pela sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. secretário César Augusto Grubba.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputada, obrigada pela sua participação e pelas colocações também.

Quanto ao planejamento, eu diria que estamos numa guerra. Quando eclode uma guerra, lutamos com as armas e o número de soldados que temos. Se o Brasil entra numa guerra com um país vizinho, ele vai guerrear com o que tem: os aviões, os tanques, as armas e o efetivo. É o que fazemos na Segurança Pública: combatemos a criminalidade, através das Polícias Militar e Civil, com as armas que temos. Concordo com o fato de que estão ocorrendo muitos crimes, assaltos, roubos, homicídios, e isso vai haver a vida inteira. Precisamos diminuir os índices desses crimes, mas sempre irão ocorrer.

Analisando-se a taxa de criminalidade no país, Santa Catarina é considerado o estado mais seguro dos 27 estados da Federação brasileira. Para nós, catarinenses, esse número já não é mais aceitável e precisamos diminuir esse índice. Mas o que vamos fazer? Precisamos fazer diferente. Não temos de onde tirar mais policiais. Como já coloquei, ingressarão 658 soldados praças da Polícia Militar, mas esse número não vai satisfazer a demanda nem de Blumenau, Joinville, Chapecó ou Criciúma, pois todos os municípios estão defasados e precisam de mais policiais.

Então, temos que trabalhar com o que temos e fazer diferente, fazer ações integradas. Estamos fazendo ações integradas

da Polícia Civil e da Polícia Militar, fazendo antecipação.

Todos os dias, recebo informações das prisões no WhatsApp - ele não para de tocar o tempo todo, seja à noite, de madrugada, no sábado, no domingo -, porque 98% das prisões em flagrante são feitas pela Polícia Militar em Santa Catarina. Todos os dias a Polícia Militar efetua prisões e combate os criminosos. A Polícia Civil antecipa ações, mas o crime, quando acontece, é muito facilmente potencializado. Quando há um assalto, aquilo espalha que nem farinha no vento. Digamos que aconteceu um assalto, mas, quando se vai ver, não se trata apenas de mais um assalto e já ocorreram outros cinco assaltos. Houve um caso que saiu muito nos jornais: estavam ocorrendo muitos assaltos na região de Coqueiros e uma determinada farmácia já tinha sido assaltada sete vezes. Nós mandamos a nossa equipe falar com o gerente da farmácia, com os comerciantes da região e, na verdade, havia uma sensação exagerada de insegurança. Aquela farmácia, que diziam ter sido assaltada sete vezes, foi vítima de um furto, na verdade, uma única vez. Uma pessoa falou do assalto, a segunda pessoa que passou a notícia para frente disse que ela foi assaltada duas vezes, a terceira pessoa que passou a notícia para frente disse que foi assaltada quatro vezes, e isso causou uma sensação de insegurança muito grande.

Então, estamos trabalhando com as armas que temos.

(O delegado Marcos Ghizoni fala fora do microfone.)

Com relação à DPCAMI de Blumenau, o delegado Marcos Ghizoni acaba de me dizer disse que estão funcionando somente no horário de expediente, ou estão fazendo em razão do baixo número de efetivos policiais civis para atendimento na delegacia. Mas já estão mapeadas para, tão logo haja o ingresso de novos policiais, retomar o atendimento 24 horas.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E quanto a de Indaial, que divide o espaço fazendo carteira de motorista?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Eu vou verificar, desconheço, não tenho conhecimento disso. O delegado Marcos Ghizoni vai verificar a situação, e saber o que está acontecendo para modificar essa situação.

Quero pedir ao dr. Miguel que se manifeste sobre o arco cirúrgico para Balneário Camboriú.

O DR. MIGUEL ACIR COLZANI - Balneário Camboriú ou Blumenau?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Balneário Camboriú, conforme a deputada questionou.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não sei. Foi o senhor que fez a apresentação. Acho que foi Balneário Camboriú. Para que serve o arco cirúrgico?

O DR. MIGUEL ACIR COLZANI - Especificamente, ele serve para os procedimentos de Medicina Legal, destinados à investigação das causas da morte por múltiplos projéteis de arma de fogo. Esta prova é fundamental, e antigamente, sem esse equipamento, para retirar os projéteis, gastávamos um tempo muito grande e havia muita perda de prova. Esse equipamento veio com esse viés de, justamente, possibilitar, no exame cadavérico, o encontro dos projéteis no lugar com o menor tempo e a melhor qualidade possível.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É somente um, então?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Não! São três: um em Florianópolis, um em Balneário Camboriú e um em Lages.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. secretário! Mas eu insisto

em dizer que isso não vai resolver o problema da segurança no estado de Santa Catarina. Acho que precisamos de um planejamento, inclusive para os próximos anos, porque a demanda da população é grandiosa e temos que estar atentos e, pelo menos, ter mais investimentos nessa área.

Muito obrigada!

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Eu concordo com a senhora. A angústia da população e de v.exa. é a nossa angústia também!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, por até três minutos, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, primeiramente, quero saudar o sr. secretário César Grubba e parabenizá-lo pela explanação. Normalmente vemos aqui a polícia descrita pelo colega Mário Marcondes, e temos a polícia que está sendo feita, que tem uma realidade, e que Santa Catarina é um exemplo para o Brasil.

Quero saudar o Paulo Henrique Hemm, nosso comandante; e o Marcos Ghizoni, que está respondendo pela Polícia Civil. Às vezes, nos encontramos e trocamos informações. Eu participo ainda da rede de e-mails da Associação dos Delegados de Polícia e vejo as reclamações. Ontem, postaram naquela rede uma comunicação interna, um ofício do delegado de Caçador de 1988, reclamando do efetivo. Então, é histórico isso!

Então, quero fazer essa saudação e dizer que acho que o objetivo principal dessa audiência, sr. secretário, foi provocado em razão dos aprovados em concurso. O deputado Mário Marcondes fez uma explanação com várias indagações que são verdadeiras e que a sociedade nos cobra no dia a dia.

Mas a minha questão é com referência ao concurso. O medo de todos é que no dia 1º de junho não sejam chamados. Essa briga de Santa Catarina lá, eu sei que é o medo do Paulo Henrique, do Miguel, do Marcos, porque sabemos a situação do efetivo.

Portanto, a minha pergunta, por tudo que se encaminha com o secretário da Fazenda e o governador, é se o senhor tem a expectativa, e acho que é o que mais torce para isso, para que, efetivamente, aconteça.

A segunda questão, e foi levantada aqui, é sobre aqueles remanescentes. Eles já têm comissão, está havendo uma briga para serem chamados, e temos explicado dizendo que se ainda não foram chamados os aprovados, como já querem que se brigue pelos remanescentes?! Primeiro temos que fazer o estado brigar e nomear quem foi aprovado no concurso. Eu sou favorável, se possível, que eles sejam chamados. Como foi dito aqui, a diferença de classificação entre os aprovados e os remanescentes não é tão grande - e o deputado Mário Marcondes muito bem falou.

Quero fazer outras duas perguntas também. Há um pleito muito grande em Balneário Camboriú com referência à construção do Complexo da Polícia Civil. Trata-se de um projeto importante para melhorar a qualidade do atendimento. Quero saber se o senhor tem isso no planejamento e se deve sair este ano?

Outro pleito muito grande da comunidade é com relação à delegacia do município de Navegantes, no sentido de que seja construída uma nova, pois a cidade cresceu muito. Nós já estivemos lá no gabinete de v.exa. e trata-se de uma obra necessária.

Então, estas seriam as minhas perguntas.

Gostaria de parabenizar o deputado Kennedy Nunes, que falou muito bem de Joinville. E foi uma questão de gestão. O governador ia lá e o próprio delegado regional incentivava a reclamar de efetivo. Hoje há uma

peessoa combatendo o crime e a situação mudou. Por exemplo, o delegado Wagner está fazendo um grande serviço em Chapecó, comandando, pessoalmente, as investigações e mudando a imagem da cidade.

O coronel Paulo Henrique, hoje, disse que a Polícia Militar, no ano que passou, prendeu 38 mil pessoas. Atualmente só há 19 mil nos presídios, o que já é muito. Isso quer dizer que muitos que foram presos, já voltaram para as ruas para praticar crimes. E, como v.exa. disse, com essa impunidade, daí estamos, sim, enxugando gelo! Mas não podemos deixar formar uma poça d'água!

Quero dizer que veio para mim, de Chapecó, um pedido com relação àqueles roubos no Sicoob, e sei que já foi esclarecido e que foram presos os autores.

Então, temos que reconhecer que queremos a nomeação e mais efetivos, mas também temos que reconhecer que temos a melhor polícia do Brasil, seja a Polícia Militar, a Polícia Civil e o IGP, que deu um grande salto. E sinto-me orgulhoso de ser um membro da Segurança Pública do estado de Santa Catarina e de representá-la nesta Casa.

Vejo que tem sido feito muito, e é importante essa nomeação e essas obras que eu perguntei a v.exa. E creio que está sendo feito o possível que é possível, dentro do que a lei permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. secretário César Augusto Grubba, para responder as indagações.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Maurício Eskudlark, muito obrigado pela sua intervenção.

Com relação à nomeação dos concursos, eu diria a v.exa. que não tenho a expectativa da nomeação, e sim a certeza da nomeação. Quando o grupo gestor se reuniu, na última reunião do colegiado, - e não estava presente e fui representado pelo delegador-geral, porque eu estava numa reunião com o secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro -, há três semanas, foi tratada a questão da contenção de despesas e do grupo gestor de governo, que emitiu uma resolução, e o governador assegurou que as nomeações dos policiais militares e civis e do IGP estavam mantidas e iriam ocorrer no dia 1º de junho.

Então, eu não tenho a expectativa, mas, sim, a certeza de que isso vai ocorrer, graças a Deus. Como eu disse, não vai ser a solução de todos os problemas, mas vai nos dar um oxigênio para respirar por mais algum tempo.

Com relação aos remanescentes, é aquela mesma colocação que já fiz, ou seja, vamos verificar a possibilidade de prorrogar esse concurso. Veremos se há ou não essa possibilidade e também essa questão dos estudos. Vamos contatar, se for o caso, a Procuradoria-Geral do Estado para nos dar um parecer final.

Com relação a Balneário Camboriú, o Complexo da Segurança Pública da Polícia Civil já era para ter acontecido. Ocorreu um problema na metragem da doação do terreno, na metragem da prefeitura, foi retificado e veio para cá. Os recursos para a construção dessa nova delegacia regional e do complexo já estão assegurados.

Conversei, na semana retrasada, com o Túlio, o novo diretor de patrimônio da secretaria de Administração, para finalizar o decreto do governador de recebimento com encargo daquele terreno para que possamos, então, dar início ao processo licitatório para a construção desse novo complexo que estava naquela relação desses que serão lançados ainda este ano.

Com relação à delegacia de Navegantes, nós já conversamos a respeito. O

deputado já esteve em meu gabinete reivindicando. Ela é uma necessidade, efetivamente, não temos o recurso assegurado para Navegantes, mas a sua construção está dentro do planejamento da secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por três minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sr. secretário César Grubba, sr. comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, srs. delegados.

Ontem, eu levantei essa questão e hoje o deputado Mário Marcondes, nesta sessão especial, reafirmou tudo aquilo que eu coloquei ontem.

Eu vou falar de onde começa Santa Catarina, o extremo sul. Meu caro secretário, lá nós temos problemas muito difíceis na nossa região. Ela está sofrendo assaltos a cada momento, seja nos postos de gasolina, nas lojas, nas casas.

Na segunda-feira, em São João do Sul, o carro assaltaram o carro que estava entregando o material dos Correios. Havia dinheiro, e eu não sei como eles sabiam que havia dinheiro! E daí, com o trabalho extraordinário das Polícias Civil e Militar, conseguiram pegar os assaltantes em Sombrio. V.Exa. sabe de onde eles eram? Do estado do Rio Grande do Sul.

Então, em Araranguá, na nossa região, quando chegamos em casa à noite e apertamos o controle para abrir o portão, ficamos olhando no espelho retrovisor para ver se não está vindo alguém para nos assaltar.

A grande maioria dos assaltantes é do Rio Grande do Sul. Eles apertam lá e os assaltantes correm para o extremo sul, fazem um grande número de assaltos na região e depois fogem para lá novamente.

Então, quero pedir ao secretário que seja feita uma força-tarefa para correr com aquela gente para o lado de lá e assim podermos dar tranquilidade e segurança para nossa região.

Eu diria hoje, sem medo de errar, que podem fazer concurso e duplicar o número de policiais, mas, se não mudarmos as leis deste país, isso não vai resolver nada, porque todos aqueles que são presos pelo trabalho das Polícias Civil e Militar, no próximo mês estarão soltos roubando e matando novamente! O Congresso Nacional precisa ter coragem e mudar a lei para que esses bandidos, esturpadores e matadores possam ser presos, pagar as suas penas na prisão e não continuar roubando e matando.

Então, quero parabenizar o deputado Mário Marcondes por propor esta sessão especial e dizer ao secretário que, mesmo com todo esse trabalho relevante que está sendo feito, se não mudarmos as leis deste país - e mesmo Santa Catarina, com todo esse trabalho -, vamos ser penalizados sempre, mesmo com todo o trabalho da Polícia Civil e Militar. E temos que ter orgulho da nossa Polícia, seja Civil ou Militar, que não se vende e trabalha de cabeça erguida. Eles mesmo dizem: "Eu trabalhei tanto, descobri esse roubo, mas onde estão caras? Já estão soltos!"

Quer dizer, é preciso mudar as leis. Se elas não mudarem, não vamos resolver nada!

Quando cheguei na Assembleia Legislativa, e estou no sétimo mandato e sou muito católico, se me perguntassem se votaria a favor da pena de morte, eu brigaria com a pessoa na mesma hora, porque eu não votaria nem morto! Hoje, um bandido entra na casa, estupra a mulher na frente do marido e os filhos, e depois mata! Nessa situação, eu votaria a votar da pena de morte! Ladrão, esturpador e bandido têm que morrer! Este Brasil tem que dar exemplo e temos que ter coragem!

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado, sr. secretário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. secretário César Augusto Grubba, para fazer a sua manifestação com relação à pergunta do eminente deputado Manoel Mota.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Manoel Mota, obrigado pelas suas colocações que vêm vem ao encontro daquilo que eu já coloquei na tribuna deste Parlamento.

Na verdade, essa banalização da violência no Brasil já vem ocorrendo desde a década de 1980 para cá. Em 1984 veio a Lei de Execução Penal para tirar os presos do Sistema Penitenciário Nacional, quanto não havia mais lugar. E a lei veio criar benefícios somente em favor do criminoso: são cinco saídas por ano de sete dias para visitar familiares. Eles saem para praticar crimes para depois voltar para dentro do Sistema Penitenciário. E saem com a missão de praticar crimes fora porque voltam para dentro do Sistema Penitenciário.

Eu não li, e até porque estava acabando o meu tempo na tribuna, um trecho de um artigo do jurista Luiz Flávio Gomes, publicado em julho de 2004, e isso já faz praticamente 16 anos: "Urbanização desordenada + miséria = criminalidade". Em determinado trecho do artigo ele diz:

(Passa a ler.)

[...]

"Como se vê, o que o IBGE constatou empiricamente nos anos 90 (relação entre urbanização desordenada + miséria = criminalidade) já tinha sido anunciado (com todas as letras) em um relatório oficial entregue ao Governo em 1980.

Como praticamente nada foi feito nos anos 80 para inverter o quadro favorável à violência, houve explosão da criminalidade nos anos 90. Como nada ou praticamente nada foi feito nos anos 90, mais violência e criminalidade teremos nestes primeiros anos do terceiro milênio. A novidade é que agora o crime está se organizando (inclusive dentro dos presídios).

As evidências do crime organizado são públicas e notórias. Os índices de violência e de criminalidade para os próximos anos, consequentemente, desde que persistam as mesmas condições, são cada vez mais previsíveis.

[...]

Quanto tempo mais vamos esperar para agir contra essas causas?"[sic]

Este é um artigo de 16 anos atrás, do jurista Luiz Flávio Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, sr. secretário.

Com a palavra o sr. deputado Nilso Berlanda, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Sr. presidente, sr. secretário e demais deputados.

Secretário, eu represento aqui o comércio varejista de Santa Catarina, através de todas as CDLs, de todas as Associações Comerciais e Industriais, da Fecomércio, e trago uma grande preocupação com os assaltos de lojas de ruas. Eu vi a estatística, e temos aí um decréscimo com relação ao ano passado, mas, infelizmente, alguns estabelecimentos comerciais estão fechando as portas, em determinadas cidades, porque não suportam mais o número de assaltos.

Esses assaltos ocorrem durante o dia, a mão armada, sendo que os motoqueiros entram na loja, vão até o caixa, dão a ordem de assalto, prendem os funcionários no banheiro e acabam levando, principalmente de lojas que vendem móveis e eletrodomésticos, todos os

celulares do balcão e os computadores -, e isso vai tudo num malote -, e acabam causando grandes prejuízos. Então, esta é uma grande preocupação.

Também ocorrem assaltos à noite. Nós estamos gastando muito com o monitoramento dessas lojas. Durante o dia, em determinadas épocas do ano, estamos contratando seguranças para colocar na porta das lojas. E à noite, mesmo tendo sido colocado um alarme, o assaltante arrebenta a vitrine com um carro e durante um minuto ou um minuto e meio leva todos os celulares e computadores, pois é isso que tem mais valor dentro dessas lojas.

Eles deixaram, talvez, os bancos de lado, porque estão fazendo uma segurança maior de prevenção, e estão apelando para as lojas de móveis e eletrodomésticos.

Então, essa é uma grande preocupação. Nós reunimos os proprietários das grandes lojas de móveis e eletrodomésticos na capital para buscarmos uma saída e ver o vamos fazer para suportar tudo isso, pois, infelizmente, o prejuízo é grande.

Estamos percebendo, sr. secretário, que antigamente existiam policiais que, em cidades médias e pequenas, andavam nas ruas com as mãos para trás, cumprimentando os conhecidos. Hoje não se vê mais policiais nas ruas, e sim dentro das viaturas, andando para cima e para baixo. Como normalmente as lojas de rua ficam no centro da cidade, existe lá uma deficiência de homens andando naquele local.

É claro que a polícia está trabalhando e cuidando de toda cidade, e isso é obrigação dela. Inclusive, quero elogiar o que se faz com a segurança, com o que se tem!

Mas a minha grande pergunta é a seguinte: o que é possível fazer para resolver esses assaltos durante o dia e à noite nessas lojas de departamentos, lojas de ruas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Secretário, v.exa. tem três minutos para responder os questionamentos do deputado Nilso Berlanda.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Nilso Berlanda, muito obrigado pela intervenção.

Eu concordo com v.exa. Como eu disse para a deputada Ana Paula Lima, nós temos que fazer diferente e guerrear com as armas e com o efetivo que temos. O efetivo não é suficiente, e temos que trabalhar na mancha criminal. O Comando-Geral da Polícia Militar, junto com a Delegacia-Geral, está fazendo o mapeamento dos locais de maior incidência da criminalidade e do horário de maior incidência para fazer escalas inteligentes, ou seja, fazer escalamento de policiais na sua ostensividade, no momento em que é mais propícia a prática do crime. É claro que dentro do horário comercial, com as lojas abertas, e no local em que está ocorrendo, com patrulhamento ostensivo.

Eu, volto a dizer, como eu disse para a deputada Ana Paula Lima, que a sociedade consegue potencializar o crime que ocorre. A Fecomércio, o CDL e a FCDL conseguem potencializar o crime que aconteceu no comércio, mas, muitas vezes, não conseguimos potencializar, porque isso não vai para o jornal, o crime que foi evitado que acontecesse, as prisões que antecederam, que a Polícia Militar fez na ostensividade, na prevenção da criminalidade, com blitz inteligentes.

Eu tenho colocado para o nosso Comando-Geral a necessidade de fazer blitz, mas não blitz de trânsito. É claro que a blitz de trânsito é importante, mas nesse momento importante para a sociedade é bom que haja blitz policial, com foco na criminalidade, no tipo de pessoa que está dentro do veículo. Se um veículo com um casal de idosos e um filho pequeno passa por uma blitz, deixamos passar, mesmo que possamos estar errando. As vezes,

esse veículo pode estar com o IPVA atrasado, mas mesmo assim deixamos passar, pois se esse veículo for parado numa blitz policial e constata-se isso, tem que ser feito o auto de infração e a apreensão do veículo. Assim, vamos levar meia hora fazendo isso e o criminoso vai passar folgado no lado. Então, temos que ter mais foco na criminalidade.

Eu concordo que temos que fazer diferente, e até coloco aqui ao coronel Paulo Henrique para ver essa questão do comércio.

Com relação à questão da Rocam, quero dizer que estamos investindo pesadamente agora nela, no policiamento com motocicleta, pela questão da mobilidade urbana. E até se o coronel Paulo Henrique quiser esclarecer alguma coisa para o deputado Berlanda, poderá fazê-lo.

Muito obrigado pela intervenção, deputado!

O SR. CORONEL PAULO HENRIQUE HEMM - Sr. deputado, gostaria de fazer uma pequena observação. Nós estamos fazendo muito com pouco. Na Polícia Militar, nunca se trabalhou tanto.

Eu gostaria de fazer apenas uma observação com relação a este primeiro trimestre, para depois responder o seu questionamento. Neste primeiro trimestre, atendemos 1.424.000 chamadas, 11 chamadas por minuto. Nós apreendemos duas toneladas de drogas e 84 mil unidades de droga sintética, que está tão presente, hoje, dentro do estado. Nós apreendemos uma arma de fogo a cada quatro horas, neste primeiro trimestre, e recuperamos 1.993 veículos que foram objeto de furto e roubo, uma média de 21 veículos por dia.

É claro, sr. deputado, que buscamos cada vez mais fazer a prevenção, a polícia que todo cidadão quer ver, aquela, como o senhor disse, com o policial na esquina conversando com o cidadão e gerando sensação de segurança. Nesse momento, pela própria situação, temos que buscar atender as ocorrências. Somente neste primeiro trimestre nós atendemos a 225 mil ocorrências. Mas o objetivo maior, e os comandantes locais e os nossos policiais sabem disso, é buscar cada vez mais soluções e mais presença.

V.Exa. pode ter certeza de que no dia a dia temos as buscas como objetivo e somos aqueles que mais sofrem nesse processo. Certamente gostaríamos de estar aqui falando sobre outro assunto, e não sobre Segurança Pública, mas v.exa. pode ter certeza de que, dentro das disponibilidades hoje, em algumas regiões ainda é feito o policiamento a pé, que nós temos certeza de que dá bom resultado. Esperamos em breve também contribuir para que isso aconteça.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao coronel Paulo Henrique!

Dando sequência, convido o eminente deputado Gean Loureiro para fazer uso da palavra, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Bom-dia, secretário da Segurança, comandantes, delegado-geral da Polícia Civil, demais integrantes da secretaria de Segurança e deputados aqui presentes!

De maneira objetiva, obviamente que vou tratar, secretário, do assunto relacionado a Florianópolis e à Grande Florianópolis, região que represento. Ela é uma região onde, aparentemente, os números apresentados não configuram uma realidade da sensação de segurança da sociedade. Não sei se pela divulgação, ou pela realidade dos fatos, ou pela forma como vem se apresentando.

Diante da participação da sociedade civil cada vez mais atuante e de uma parceria com a Polícia Militar e com outros órgãos de

segurança, num trabalho preventivo de segurança que vem tendo bons resultados, como o projeto Vizinho Solidário e outros projetos realizados em Florianópolis e nos municípios da Grande Florianópolis, nós aprovamos um requerimento para a realização de audiências públicas para discutir esse formato de parceria, de proximidade e de realidade da Segurança Pública nas regiões de Florianópolis.

Por que não uma audiência de Florianópolis, mas, sim, nas regiões? Porque, obviamente, cada região tem a sua peculiaridade. Nós somos várias cidades dentro de um município, como outras regiões do estado, que possuem características diferentes de atuação, de comércio e de realidade. Alguns bairros têm características de assalto a residências durante o dia, que são bairros de trabalhadores em que o marido e a esposa vão trabalhar, a casa fica vazia e esse é um momento propício para os assaltos. E nós estamos sentindo isso na sociedade, mesmo não tendo dados estatísticos, mas o sentimento da população passa informações importantes à secretaria.

Hoje temos a presença aqui do presidente do Conseg da Trindade, que demonstra um desespero nas reuniões, pelo número de assaltos aos estabelecimentos comerciais, às residências, às pessoas que transitam nas ruas. E isso vem acontecendo com frequência em Florianópolis. Na avenida Mauro Ramos, recentemente, vários andares de um prédio comercial foram assaltados no final de semana. E muito mais do que fazer uma mera crítica à secretaria e à estrutura de Segurança, nós queremos participar para apresentar um formato de como podemos modificar esse quadro.

Realizamos a primeira audiência no sul da ilha, com mais de 300 participantes. Estavam presentes 100 instituições, todos os Consegs e as associações de moradores. Vamos estar no norte da ilha, na baía da Itacorubi e na região continental, discutindo a característica de cada região de Florianópolis. Esperamos contar com a participação do delegado Aldo, que é o secretário adjunto. Ele teve um problema familiar e não pôde estar presente na última reunião, mas nas próximas vai estar.

Eu quero poder ser um parceiro da secretaria na busca de soluções. Mas, obviamente, vivemos num estado talvez não diferente, mas em Florianópolis, por ser a capital e ter uma característica diferente, a intensidade da violência parece ser muito maior do que em outras regiões, e por isso brigamos cada vez mais para que haja mais efetivo, mais estrutura, mais câmeras de monitoramento, mais Inteligência sendo utilizada e uma maior participação da sociedade civil.

Quero falar especificamente de algumas situações: as informações da secretaria da Segurança estão servindo de base para as ações voltadas à assistência social? Porque não adianta trabalharmos na consequência sempre e não ter uma prevenção. A prefeitura de Florianópolis e as prefeituras da Grande Florianópolis vêm trabalhando com esses dados para modificar esse quadro? A participação da Guarda Municipal tem sido feita em consonância e parceria com a estrutura de Segurança do estado? Ou essa ação acontece isolada? Porque, às vezes, percebe-se que no local há um policial e a Guarda Municipal e que em outro local não há Guarda nem policial. É possível haver essa comunicação? Isso vem-se concretizando? Como pode se aprimorar?

Por último, gostaria de falar da questão do concurso, que muito foi falada. O deputado Kennedy Nunes falou do concurso dos oficiais, que o prazo vence agora, no dia 31 de maio. V.Exa. afirmou que há um posiciona-

mento e que não se pode prorrogar por mais um ano. No meu modesto entendimento jurídico, poderia ser prorrogado. Vão chamar os praças, mas não vão ter condições de chamar os oficiais e terá que ser feito um novo concurso. Se vão chamar daqui a um mês os praças, por que não fazer o chamamento necessário desse excedente agora, dentro do prazo, para poder ter uma condição de a polícia trabalhar com a sua estrutura completa de praças e oficiais?

Então, acho que era isso. Nós temos o problema de Biguaçu, que está sem estrutura de investigação da Polícia Civil. Por que as delegacias de Coqueiros e do Jardim Atlântico foram fechadas? Há uma nova metodologia para trabalhar? Na verdade, a de Coqueiros foi discutida, e a de Jardim Atlântico vai-se transformar em delegacia de homicídio. Quando se pretende concretizar isso?

Na verdade, existe uma grande tensão quanto ao fechamento de delegacias em Florianópolis. Há a discussão com relação a de Ingleses, que pode fechar e ir para Canasvieiras. Eu quero saber qual é o pensamento da secretaria? Queremos chegar a uma conclusão conjunta e manter essa estrutura, brigando no nosso mandato, na Assembleia, para que haja estrutura de continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao deputado Gean Loureiro.

Com a palavra o secretário da Segurança Pública, para fazer as suas manifestações.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Gean Loureiro, muito obrigado pela sua manifestação.

Com relação aos seus tópicos, vou começar pelo último. Quanto ao fechamento de delegacias, é aquela história: depois que você dá alguma coisa para alguém, você não tira mais. Depois que você instala algum órgão público, você não fecha mais.

Na verdade, é muito simples: quantos fóruns existem numa cidade, numa comarca? Existe um fórum, centenas e milhares de pessoas se dirigem todos os dias aos fóruns para audiências, mas chegando lá há uma estrutura para atender. Por que tem que haver 50 delegacias de polícia? Eu prefiro ter uma delegacia de polícia na minha rua, no meu bairro, deficitária, sem efetivo, sem atendimento 24 horas ou com atendimento precário? Quando vou até lá, ela está fechada, mas eu tenho uma delegacia no bairro! E quando sou atendido, posso ser mal atendido. Ou quando sou mal atendido e registro um BO, esse BO não vira uma investigação! Ou eu prefiro, ao invés de chegar em cinco minutos à delegacia, chegar em 15 minutos em outra delegacia, mas tendo policiais, delegado, escrivão, agentes de polícia, ser bem atendido, registrar o BO e ele virar investigação? É uma questão de gestão de pessoas.

Só que aquela história não se consegue. Quando o proprietário do imóvel da 4ª DP, em Coqueiros, solicitou a devolução do imóvel, pensamos em fundir a 4ª DP com a 3ª DP, já que uma delegacia está a 1,5km da outra, e as duas são deficitárias de pessoal. Então, pensamos em unir, pegar o pessoal que está na 4ª DP, colocar na 3ª DP e fazer uma delegacia que atenda 24 horas por dia. Nós fomos quase crucificados e não conseguimos fechar a 4ª DP de Coqueiros. Então, é aquela história!

No caso da 8ª DP, nos Ingleses, ela é deficitária. Vamos manter a 8ª DP, mas é uma questão que tem que ser debatida com os delegados Artur e Ghizoni. Porque é aquela história: depois que se abre, não se fecha mais. Depois de dar alguma coisa para alguém, não se consegue tirar mais.

Com relação à questão da integração, há um trabalho integrado. Na verdade, a Guarda

Municipal, por questões de legislação, tem as suas atribuições próprias de guardar os municípios, as praças, mas tem integração e parceria com a Polícia Militar, principalmente na questão de moradores de rua. Nós já detectamos na Mancha Criminal alguns assaltos que estão ocorrendo na cidade de Florianópolis praticados por moradores de rua, tanto é que a vítima reconhece o assaltante que mora na praça.

Com relação à Trindade, também já detectamos um aumento do número de assaltos, já estabelecemos uma Mancha Criminal e já estamos fazendo um trabalho conjunto da Polícia Militar com a Polícia Civil para diminuir sensivelmente essa questão dos assaltos que estão ocorrendo.

Com relação à delegacia que está fechada, v.exa. se referiu a 4ª DP?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - É a de Biguaçu, sobre a questão da investigação, se está com estrutura de investigação. Quanto às demais, está esclarecido. A informação que eu tive foi de que lá estava sem estrutura de investigação, sendo um município com mais de 60 mil habitantes.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - O delegado Ghizoni disse-me que desconhece que não já investigação em Biguaçu. Ele vai verificar o que está ocorrendo.

Sobre o concurso dos oficiais, volto a repetir, deputado Gean Loureiro, que, na verdade, para nós, da Segurança Pública, quanto mais policiais foram nomeados, será melhor. Se for possível ingressar uma nova turma este ano ainda, e não somente de oficiais, mas também de aspirante a oficiais e de praça, para nós será importante. Esses policiais que estão faltando são necessários para combater a criminalidade. Vamos ver essa situação com o comandante-geral, pois tem o de aspirante a oficiais que vence agora, no final de maio, se não me engano. Vamos verificar se existe essa possibilidade, porque, na verdade, os que passaram no número previsto no edital foram aproveitados e agora seria a prorrogação para aproveitar os excedentes. Vamos ver se há essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, quero cumprimentar o secretário César Grubba, o dr. Ghizoni e as demais autoridades.

Também gostaria de reconhecer os esforços da secretaria no combate à criminalidade e nas atividades desempenhadas por todo grupo da secretaria.

Quero pedir, inicialmente, cinco minutos, pois tenho certeza de que vou precisar, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está concedido!

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Com relação a esse debate que está-se discutindo da prorrogação ou não do edital, tenho certeza de que os procuradores do estado de Santa Catarina são capazes de promover um parecer consubstanciado, evidentemente, no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, que diz que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período. Então, eu acho que está aqui uma boa ideia para pesquisar.

Sr. secretário, inicialmente, a minha primeira pergunta seria sobre a possibilidade de v.exa. atender os deputados do sul, na próxima semana, a fim de que possamos discutir e deliberar sobre os encaminhamentos que fizemos numa audiência pública realizada no início de março, na cidade de Criciúma.

Então, eu faço a v.exa., encarecidamente, este pedido de audiência

para os deputados do sul. Esta é a minha primeira pergunta.

Tenho também uma segunda pergunta. No nosso município de Forquilha, no sul do estado, foi autorizada a construção de um Complexo de Segurança Pública numa área de 517m². A obra foi iniciada em novembro e está parada, sr. secretário. Eu gostaria que o senhor tomasse conhecimento para que pudesse tomar providências sobre este fato da construção da obra no município de Forquilha.

Eu tenho algumas informações, sr. secretário, até porque estamos representando milhares de pessoas no estado de Santa Catarina e chegamos às perguntas para que possamos ser a voz do cidadão aqui nesta Casa Legislativa.

Então, em 2015, a Senasp publicou um diagnóstico de programas e planejamento dos estados para a redução da criminalidade. V.Exa. pode informar se existe algum plano ou programa estadual para a redução da criminalidade violenta em Santa Catarina? Até porque, segundo os dados do relatório, Santa Catarina foi o único estado que não apresentou nenhum plano, nenhum programa nesse sentido.

Entre 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2015, a secretaria de Segurança Pública fez relativamente grandes investimentos na área de segurança, em espécie a questão das câmeras de vigilância eletrônica, numa ordem de, aproximadamente, 20 milhões. Eu pergunto: qual é o número das câmeras que foram adquiridas. Quantas foram instaladas no estado? Quantas estão em funcionamento efetivamente? Quantos policiais são necessários para o acompanhamento desse serviço de monitoramento?

Outra questão: o índice de resolutividade dos crimes no estado, que v.exa. apresentou, é de, aproximadamente, 41%, segundo os dados da secretaria de estado da Segurança Pública. Na sua avaliação, ao que se deve essa baixa resolutividade?

E também expondo a falta de efetivo, que é uma demanda em todo o estado de Santa Catarina, gostaria de ter alguma informação sobre os critérios, tendo em vista que no município de Criciúma há um policial para 2.883 habitantes, no município de Araranguá há um policial para 1.480 habitantes, e em Tubarão há um policial para 1.230 habitantes. Existe algum critério que estabeleça isso nessa desproporcionalidade do número de habitantes com o número de policiais? Até porque, citando a nossa cidade de Criciúma, em 2014, nós tínhamos 85 agentes policiais, e hoje, em 2016, nós temos 71 agentes policiais.

Mas eu acredito que na nossa audiência, se v.exa. nos permitir, poderemos apresentar outros números que também acredito que a secretaria tenha conhecimento. E quero entregar um relatório da audiência pública para que a sua equipe também já possa visualizar os encaminhamentos que foram feitos naquela audiência e o que, efetivamente, o estado e a secretaria podem cumprir dentro da sua possibilidade, evidentemente.

Era isto, sr. presidente, o que eu tinha para colocar! Agradeço a v.exa. e também ao sr. secretário, pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. secretário César Augusto Grubba.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Rodrigo Minotto, é um prazer responder as suas indagações. Obrigado pela intervenção!

Com relação à primeira colocação, é aquilo que eu já coloquei. Nós vamos verificar a possibilidade. Não desconhecemos aquele dispositivo constitucional que permite a

prorrogação do concurso, tanto é que eu o fiz para os delegados em 2011. No concurso de 2010, prorroguei por mais dois anos, e depois foram nomeados. Há toda uma questão envolvida. O parecer da PGE, parece-me, era que, dentro do prazo de concurso, já haviam sido aproveitados todos os que estavam dentro do número no edital. A prorrogação se daria para aproveitamento dos excedentes, fora do número previsto no edital de concurso. Mas havendo possibilidade, nós vamos dar o encaminhamento necessário a essa situação.

Com relação à audiência, vou marcá-la assim que chegar à tarde na secretaria e pedir para lhe avisarem.

Com relação ao Complexo de Segurança de Forquilha, não querendo chamá-lo de mentiroso, deputado, mas, na verdade, quem lhe passou a informação não correspondeu com a verdade, pois aquela obra não está parada. Ela demorou um pouco para iniciar por causa do projeto, mas não está parada. Essa informação de que ela estava parada veio para mim também. Eu chamei o coronel Oldra, que é o engenheiro responsável e gerente de Obras da secretaria, e ele me mostrou, inclusive, que no dia 24 deste mês foi toda... Conforme aquela foto que v.exa. me mostrou, está toda aberta, a estrutura está toda cimentada, no dia 24 a laje já foi feita e está pronta para começarem a erguer a obra. Então, a informação que lhe foi passada não está correta.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Então, a obra vai cumprir o seu cronograma de execução?

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Sim, vai cumprir, salvo, é claro, se a empresa, por qualquer razão, deixar de... Nós temos obras que as empresas não conseguiram concluir, mas essa está dentro da normalidade. Ela demorou um pouco para iniciar, mas agora está dentro do cronograma de execução. Volto a repetir, no dia 24, se não me engano, foi toda concretada a laje.

Com relação às câmeras de videomonitoramento, hoje estamos presentes em 130 cidades catarinenses. Nós temos 2.300 câmeras de videomonitoramento em 130 cidades. Temos 18 ou 19 cidades, inclusive, para inaugurar no mês de maio, algumas no oeste e outras no sul do estado. Nós estaremos presentes, até o final do ano de 2016, em 149 municípios, com 2.800 câmeras de videomonitoramento.

Quanto ao policial, naturalmente que a câmera não é inteligente e detecta por si só a prática do crime. Mas nós aumentamos o número de agentes temporários na Polícia Militar. Eram 250, conseguimos a aprovação de mais 500 e passou para 750. E estamos pedindo a autorização ao Grupo Gestor para aumentar o número de agentes temporários para que eles possam monitorar as câmeras de videomonitoramento. Mas um policial militar que fica naquela câmera de videomonitoramento, monitorando o espaço público, tem maior ganho de produtividade, sem sombra de dúvida, do que aquele que sai em ronda, a pé ou com uma viatura, porque ele vai estar num espaço de câmera fazendo o monitoramento em tempo real, e vai ganhar na produtividade e no espaço de observação de perímetro.

Então, não há necessidade de muitos policiais para fazer a observação numa câmera de videomonitoramento.

Com relação ao diagnóstico, ele foi feito e eu vou corrigir essa informação na Senasp. As Polícias Militar e Civil fizeram um planejamento de redução da criminalidade em Santa Catarina, principalmente nos crimes de letalidade violenta, que são os homicídios, o roubo, como gênero, com o latrocínio, e ele foi encaminhado para a Senasp. Mas nós vamos

atrás! Vou pedir que o diretor de Inteligência, delegado Mauro, vá atrás dessa informação, até para corrigir na página na Senasp. É nesta página que está isso? Gostaria, se possível, que v.exa. nos passasse essa página para verificarmos o que aconteceu, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Aldo Schneider, cumprimento, mais uma vez, o secretário Grubba pela apresentação e pelo trabalho que vem desenvolvendo; assim como também cumprimento o coronel Paulo Henrique, e em nome deles quero cumprimentar toda cúpula da Segurança Pública.

Obviamente que a essas alturas do jogo muita coisa já foi falada do que gostaríamos de dizer aqui. Mas a nossa preocupação, até por ser a região que trabalhamos mais intensamente, é com o sul do estado, mais basicamente na questão do extremo sul, do Vale do Araranguá, em que nós temos uma defasagem muito grande em termos de policiais civis. Hoje há comarcas a serem preenchidas, faltam investigadores nas delegacias. E chegamos ao ponto, por exemplo, de o município que faz divisa com o Rio Grande do Sul, que é Passos de Torres, um município litorâneo com cerca de 10 ou 12 mil habitantes, ter somente um policial civil de sobrenome Marcondes, e no dia em que ele falta, a delegacia fica fechada. Isso acontece em Passos de Torres. E há apenas quatro policiais militares. Então, isso exige todo um esforço nessa nova contratação para que possamos suprir essa necessidade.

Eu poderia citar vários municípios, mas não é o caso. Vou apenas exemplificar, através de Passos de Torres, a situação de Sombrio, Araranguá e Turvo, que são comarcas importantes onde os crimes começam a se expandir. Hoje, eles roubam de gado a celulares, e entendemos a dificuldade que a polícia tem nesse sentido.

Eu gostaria de centrar, também, a questão da importância do concurso público. Seria bom se desse para chamar ou, inclusive, ampliar o prazo. Há seis meses, fizemos uma indicação dirigida ao secretário, solicitando isso, que hoje é uma das pautas dessa reunião.

Mas eu gostaria de dizer, secretário, que o trabalho que vem sendo feito em termos de tecnologia tem dado resultado. Agora, o programa de videomonitoramento, principalmente lá no extremo sul, ficou a desejar, um pouco por essa parceria com as prefeituras, que têm dificuldades, e também pela própria estrutura.

Nós temos o exemplo do município de Jaguaruna, que já recolheu todos os recursos para o pagamento e está aguardando. Os municípios litorâneos têm dificuldade porque no inverno, principalmente no extremo sul, muitas pessoas da periferia da grande Porto Alegre alojam-se lá, criminosos, e daí a dificuldade. E o videomonitoramento é uma maneira que se tem de acompanhar.

Por isso, seria importante que houvesse um olhar diferenciado para esses municípios, pois como as casas de veraneio ficam fechadas durante 10 meses no ano, lá se abrigam muitos criminosos. Sombrio, Passos de Torres, Araranguá e Jaguaruna são exemplos disso.

Mas acho que deveríamos ser mais agressivos nessa área de videomonitoramento, pois penso que é um instrumento importante de prevenção, de combate, e também na área da investigação. Acho que deveríamos investir mais recursos nessa área, e fica aí um olhar diferenciado para o extremo sul, que está bastante defasado. Criciúma está tendo uma

atenção, mas é preciso avançar mais. Portanto, é preciso pensar nesses municípios.

Em Cocal do Sul há um exemplo de um sistema que custa 20% do sistema que, hoje, é utilizado pelo Segurança Pública do estado. A Prefeitura implantou 32 câmeras, ao custo de R\$ 70 mil, num sistema que interage desde fibra ótica até antenas e sistemas de Internet. E isso tem dado resultado num custo infinitamente mais barato. Talvez o senhor já tenha essa informação, mas, se não tiver, eu até lhe faço um convite para visitar a prefeitura, porque ela tem feito isso com bom resultado, ao custo de 20% do sistema atual que eu desconheço, e talvez por razão de segurança tenha que existir. Mas gostaria apenas de citar esse exemplo da prefeitura de Cocal do Sul.

Por último, queremos dizer que estamos aguardando a inauguração do prédio em Sombrio, que está muito bonito. Quero agradecer e cumprimentá-lo pela construção desse prédio do Ciretran, que também vai ajudar. E obviamente que precisamos de mais pessoas para colocar em funcionamento toda essa nova estrutura de Sombrio, porque a população está aguardando. Mas eu já lhe cumprimento pelo esforço na execução desta obra.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Secretário, v.exa. tem três minutos para a resposta.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Em Sombrio, são IGP e Ciretran. A obra está na fase final, graças a Deus. Algumas obras demoram um pouco mais, outras um pouco menos, outras são realizadas dentro do cronograma, mas aquela, no início, também demorou para ser iniciada, mas, depois que começou, ela foi embora.

Com relação a Cocal do Sul, devo dizer que já tenho conhecimento. A nossa equipe da Central Regional de Videomonitoramento já fez contato com o pessoal da prefeitura, porque todo o nosso sistema, nos 130 municípios onde atuamos, é com fibra ótica, e aquele sistema é com rádio. Então, temos que ver a questão da compatibilidade. Eles estão conversando entre si.

Com relação à falta de efetivo nas delegacias, não tenho muito argumento para contrapor. Por exemplo, em Sombrio são sete agentes temporários, em Araranguá são oito agentes temporários que atendem o Sistema de Videomonitoramento. Em alguns municípios, na verdade, o Sistema de Videomonitoramento avança em Santa Catarina, mas é uma parceria com as prefeituras municipais. Em Jaguaruna, que o deputado citou, eu não sei como está a situação, se já depositou, porque houve várias datas de depósitos. E aqueles que já fizeram o depósito vão ser beneficiados e será implantado gradativamente, porque são muitos municípios. Em 130 municípios já foi implantado, e até o final do ano serão 149. Mas logo deverá ser implantado em Jaguaruna.

Com relação a um policial em Passos de Torres, é DPMU - Delegacia de Polícia de Município. Infelizmente, onde é comarca, tem mais policiais; onde é delegacia de município, tem um policial que responde pelo expediente da Delegacia de Polícia do município. Sem efetivo, não há como avançar mais, botar dois ou três policiais para atender a uma delegacia de polícia do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Srs. deputados, pelo Regimento Interno, o horário da sessão especial seria até as 13h. Mas, em virtude do grande número de inscrições, eu vou prorrogar a sessão por mais 20 minutos para que os deputados e o secretário possam fazer as suas manifestações.

Eu peço a compreensão dos srs. parlamentares e também do sr. secretário para

que, no máximo em 20 minutos, possamos concluir a sessão, haja visto que é uma questão regimental.

Concedo a palavra ao sr. deputado Gabriel Ribeiro para as suas manifestações.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar o secretário César Augusto Grubba; o coronel Paulo Henrique Hemm; o delegado Marcos Ghizoni, extensivo ao delegado Artur Nitz; e o proponente, deputado Mário Marcondes.

Os números que foram apresentados hoje na Assembleia Legislativa são absolutos e representam o grande trabalho feito pelo secretário de Segurança Pública em Santa Catarina.

Eu faço uma sugestão ao secretário: que ele imprima os dados da sua apresentação e entregue uma cópia em cada gabinete dos deputados para que essas informações passem a fazer parte do material de trabalho dos deputados. Assim, eles poderão levar até as suas regiões e comunicar à sociedade catarinense o que foi feito, nos últimos cinco anos, à frente da secretaria de Segurança Pública.

Eu lembro ainda que v.exa., logo que assumiu, enfrentou grandes desafios com a falta de efetivo, de equipamento e de estrutura. Também lembro dos atentados que ocorreram em Santa Catarina logo no início da sua gestão, um momento de muita turbulência na Segurança Pública de Santa Catarina. Mas com a força e a união da Polícia Militar, da Polícia Civil e de toda estrutura da Segurança Pública, nós vencemos essa batalha. É isto que temos que valorizar, lembrar e ressaltar: o trabalho de toda cúpula da Segurança de Santa Catarina.

Se eu falar de todos os pleitos, como foram falados agora, eu serei redundante aqui nos pedidos de todos os deputados: o concurso público, os remanescentes do concurso da PM, a necessidade de contratação de novos profissionais. Mas nós temos que ressaltar o trabalho que vem sendo feito. Como disse o próprio coronel Paulo Henrique, está sendo feito muito com uma estrutura muito menor e com muita criatividade, através da tecnologia, do PM Digital, das câmeras de videomonitoramento.

Hoje, estamos preparando os nossos policiais para estar nas ruas com conhecimento de novos recursos para poder melhor atender e dar mais segurança para o cidadão catarinense. E o caminho é por aí. Nós temos que deixar os nossos agentes da polícia preparados para mexer com tecnologia, se o caminho é este.

O estado, hoje, já está asfixiado, e sabemos da necessidade de aposentadorias e da dificuldade que há para a contratação de novos policiais.

Mas quero parabenizar v.exa. pelo grande gesto ocorrido este ano em Santa Catarina, que foi a implantação do Colégio Militar em Lages. V.Exa. deu início a uma nova etapa no ensino em Santa Catarina: um ensino com a segurança pública sendo implementada dentro das salas de aula. O Colégio Militar é um avanço para o nosso estado. Eu não tenho dúvida nenhuma de que a sua interiorização é a solução. Nós tínhamos apenas uma unidade em Florianópolis, o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires. E essa primeira unidade em Lages representa um símbolo na educação pública de Santa Catarina, com disciplina, com rigor, com controle e com a formação do cidadão catarinense. As crianças de Santa Catarina precisam saber do seu papel dentro da sociedade, e o Colégio Militar dá essa linha de conduta para os jovens.

Eu faço um pleito para v.exa., sr. secretário de Segurança Pública: que o Colégio Militar seja estendido para as demais regiões do nosso estado. Em Lages está sendo um

sucesso absoluto, a formação dos jovens pequenos está sendo exemplar, os pais estão felizes, a família está-se integrando dentro da sala de aula porque acreditada na presença não apenas dos professores, pois essa parte pedagógica é essencial para a formação do ensino, mas também na educação que o Colégio Militar dá para os jovens. Faço este pleito para que v.exa. estenda essa política em Santa Catarina, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso estado.

Parabenizo, mais uma vez, toda a cúpula da Segurança Pública, e desejo fé e sucesso nesta grande missão, que cuidar do povo catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro.

Sr. secretário, v.exa. tem três minutos para a resposta.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Quero apenas agradecer ao deputado Gabriel Ribeiro. As palavras de apoio e incentivo são importantes para a cúpula da Segurança Pública de Santa Catarina, para que possamos continuar o trabalho de combate à criminalidade.

Com relação ao Colégio, efetivamente foi um novo marco, e até na própria Instituição Policial Militar, que pela primeira vez saiu da capital, uma descentralização do Colégio Militar, com resultados altamente positivos. Esse Colégio, inclusive, teve a melhor colocação no ano passado, pelo Conselho Estadual de Educação.

E, sem sombra de dúvida, havendo possibilidade e condições físicas e econômicas de estender o Colégio Militar para outras regiões do estado, com certeza essa é uma das intenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o deputado Aldo Schneider, presidente desta importante sessão; e o deputado Mário Marcondes, proponente da sessão.

Quero parabenizar o nosso secretário, bem como o comandante Paulo Henrique Hemm, o Marcos Ghizoni e o Miguel Acir Colzani.

Digo a vocês que a minha pergunta é a seguinte: como melhorar todos esses assuntos aqui discutidos. Como melhorar todos esses problemas aqui discutidos? A resposta é o dia de hoje, pois é o Dia da Educação. É com educação e prevenção que queremos melhorar a nossa segurança pública.

O deputado Gabriel não apenas enfatizou, como também reforçou o meu pedido. Em Canoinhas pode ser feito o segundo Colégio Militar Regional do estado de Santa Catarina, porque o município tem todas as instalações, que estão ociosas. Elas possuem, inclusive, uma grande área de recreação. A importância de fazermos esse pedido de que haja um Colégio Militar em Canoinhas é para representar o planalto norte e toda a região.

Quero dizer à comunidade catarinense que hoje se comemora o Dia da Educação, data que tem como objetivo incentivar e conscientizar a sociedade sobre a importância da educação para construir não apenas um cidadão com valores éticos, morais e sociais, mas também uma pessoa que tenha orgulho de sua vida e um convívio saudável com outros indivíduos.

Apesar de ser associada constantemente à escola, a educação acontece a todo momento, em todos os lugares, com seres vivos e inanimados, seja em casa, na rua, na escola, no trabalho ou no meio ambiente.

Quero dizer à sociedade catarinense que nós temos, sim, um grande programa, o

Proerd. Parabéns pelo programa!

Nós tivemos uma reunião com o secretário Eduardo Deschamps, que está criando, no lugar do vigilante escolar, o controlador da escola. Então, sr. secretário, a nossa pergunta é a seguinte: existe uma preocupação da secretaria em fazer com que as Polícias Militar e Civil tenham esse entrosamento com a secretaria da Educação para que tenhamos a educação contra as drogas nas escolas.

Muito obrigado, sr. secretário! Parabéns pela sua explanação, que é inédita nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sr. secretário, v.exa. tem três minutos para a resposta.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, pela sua intervenção.

Efetivamente, v.exa. tem razão. Como eu já coloquei, temos que combater as causas primárias da criminalidade, porque o estado policial sozinho não dá conta e o estado social tem que trabalhar e estar junto do estado policial.

Uma das causas primárias da criminalidade é justamente a questão da educação básica da família. Como a família brasileira está, hoje, desestruturada, ela entrega o filho para o estado dizendo que a responsabilidade da sua educação é do estado e não da família, sendo que a educação começa na própria família em parceria com o estado.

Nós temos uma parceria junto com o secretário Eduardo Deschamps na área das escolas, principalmente na questão do Proerd, que é um Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, programa este que já formou mais de um milhão de crianças. E, com certeza, é um programa que trabalha na prevenção da criminalidade, na questão das drogas e da violência, e tem que ser expandido cada vez mais porque é um programa que trabalha na prevenção e traz resultados extremamente positivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o último orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até três minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero, inicialmente, cumprimentar o secretário César Augusto Grubba, o coronel Paulo Henrique Hemm, o delegado Marcos Ghizoni, o delegado Miguel Acir Colzani, o deputado Mário Marcondes, que fez a indicação para a realização desta sessão especial com a presença de v.exa. e as demais autoridades aqui presentes.

Primeiramente, quero fazer um pedido sobre a questão de Brusque. O ideal é que tivéssemos um policial para cada 500 pessoas. No entanto, temos um policial para 1.400 pessoas. Teoricamente faltariam mais de 200 policiais.

Da mesma maneira é a questão da Polícia Civil, quando a média nacional é de um policial para cada 1.700 pessoas, a média em Santa Catarina é 2.700. Mas em Brusque a nossa média é de um policial civil para quatro mil pessoas.

Quero abordar outra questão: na nossa Regional, em Tijucas, há um presídio - e existe também um em Brusque. A sua capacidade é de 155 pessoas, mas hoje estão lá 261 pessoas. E agora existe a preocupação da comunidade, porque há a intenção de que ele seja ampliado. Isso será bom, mas tem que haver a contrapartida. Por exemplo, a média em Santa Catarina é de 11 a 12 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em Tijucas, que conta com uma população de 131 mil pessoas, a média seria de três a quatro, e este ano já está

em seis e deve ir para oito ou dez até o final do ano. Pede-se, então, uma contrapartida no sentido de compensar.

Eu quero também colocar que combater bandido é uma coisa um pouco complicada. E existe outro número, e que quero chamar a atenção: em Santa Catarina temos 11 a 12 homicídios para cada 100 mil, o que corresponde a 800 homicídios/ano. V.Exa. sabe quantas pessoas morrem vítimas do deslocamento, atropeladas, em acidentes de moto e carro? Morrem 1.800, ou seja, 25 a 27 pessoas por cada 100 mil. Na verdade, se combatêssemos a violência no trânsito, poderíamos diminuir esses dados no mínimo pela metade, por um custo muito menor do que para diminuir pela metade a questão dos homicídios e da violência. Então, é preciso fazer as duas coisas.

O Detran está vinculado à secretaria de Segurança Pública. Eu chamo a atenção para o fato de que consta numa resolução da ONU que no Brasil esses números devem ser reduzidos pelo menos pela metade. E em Santa Catarina também teremos que fazer um esforço, e ele pode ser feito.

Há alguns anos, em Brusque, o pessoal achava um absurdo alguém ser preso na saída da Fenarreco por estar bêbado. No ano passado, aconteceu isso bem na saída da Fenarreco, ou seja, quem saísse bêbado era preso e todo mundo aplaudia. Quando cheguei hoje aqui vi algumas pessoas distribuindo panfletos nos quais estava escrito: Balada pela Vida. Álcool e Direção, Mistura Fatal. Sei que a secretaria de Segurança Pública já faz essa campanha, mas poderíamos melhorá-la muito para diminuir esses números.

Por último, peço apoio de v.exa. com relação a uma indicação aprovada nesta Casa. Existe um grave equívoco, achando que combatendo as drogas irão diminuir o número de acidentes de trânsito. Existe uma relação entre os usuários de drogas e o trânsito, mas a pior droga é o álcool, os remédios para diminuir a fome. Estes são muito piores que a cocaína. Aquele exame toxicológico que estão obrigando os motoristas de caminhão a fazer não foi uma iniciativa do secretário de Segurança, dos Detrans do Brasil e da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, mas, sim, uma iniciativa de quem faz esse exame, que mexeu lá no Congresso para colocar naquela lei do motorista a obrigatoriedade de fazer o teste toxicológico nos motoristas profissionais.

Queremos entregar a v.exa. uma cópia da indicação que fizemos ao governador no sentido de suspender esse exame e privilegiar outras ações na questão do trânsito, que poderão ser muito mais eficazes na redução da violência do trânsito.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não existe questão de ordem neste tipo de sessão, mas concedo a palavra pela ordem a v.exa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Eu agradeço a v.exa.

Como esta sessão está sendo acompanhada no estado inteiro com muito interesse, quero dizer que há a questão dos reconvocados do CTISP, que é o policial aposentado voltando para ativa. E nós sabemos que deve haver em torno de 1.900 policiais militares nessa condição e em torno de 10 policiais civis. Muitos policiais civis nos procuram querendo voltar para ativa, e pedimos para eles procurarem a delegacia geral.

Então, queremos saber da possibilidade do aumento do número de CTISP para ajudar nas Delegacias de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito, então, ao secretário que

faça as suas considerações com relação as colocações dos deputados Serafim Venzon e Maurício Eskudlark, e também as suas considerações finais.

E quando v.exa. concluir a sua fala, por questão de ordem e respeito ao proponente desta sessão, o deputado Mário Marcondes terá dois minutos para fazer a sua manifestação.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Deputado Serafim Venzon, concordo, na totalidade, com as suas palavras com relação ao baixo efetivo na relação policial militar, policial civil e número de habitantes. Os critérios de distribuição das Corporações, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, são técnicos e baseados em fatores objetivos: população, número de Boletins de Ocorrência, número de criminalidade, índice de criminalidade. Enfim, levam em consideração toda uma gama de critérios objetivos para a distribuição desses efetivos. Só que com o passar do tempo, na verdade, e com as aposentadorias e a impossibilidade de reposição por falta de efetivos para a reposição, acabou, efetivamente, ocorrendo esse tipo de discrepância com relação a uma e outra cidade. Mas o comandante-geral ou o delegado-geral podem se referir a essa questão.

Quando à questão do homicídio, quero dizer que em Tijucas, em 2013, houve oito homicídios; em 2014, houve quatro homicídios; e em 2015, houve oito homicídios. No quadrimestre, até o dia de ontem, em 2013, houve quatro; em 2014, houve dois; em 2015, houve dois; e em 2016, até agora, houve quatro.

Então, como eu diria, está dentro da média. É claro que o melhor seria que não houvesse nenhum, mas há coisas que são inevitáveis, como, por exemplo, a questão do álcool. Vejam que 45% dos crimes passionais ocorrem dentro das residências, e 45% dos crimes passionais ocorrem pelo próprio companheiro, muitas vezes. E 60% dos crimes passionais ocorrem quando ele está sob o efeito de substância alcoólica ou outro tipo de substância.

Na questão do trânsito é a mesma coisa. O álcool mata mais pessoas no trânsito do que nos homicídios. Em Santa Catarina temos uma média 700 a 800 homicídios por ano, mas existem outras situações que têm que ser levadas em consideração. Em Santa Catarina, por exemplo, nós temos uma média de 800 suicídios por ano. Temos tantos suicídios no estado por ano quanto homicídios. Então, é um fenômeno que tem que ser estudado para verificar o que está faltando para que aquela pessoa não chegue a esse ponto extremo de acabar com a própria vida.

Com relação àquele exame toxicológico, eu concordo, e esse é um problema que está ocorrendo não apenas em Santa Catarina, mas em vários estados da Federação. Porque é uma exigência do Contran: agora, nas categorias C, D e E, tem que ser feito o exame toxicológico, que não é barato. Somente nas categorias A e B que não é preciso fazer. Mas esse é um problema que estamos estudando, e tivemos até uma reunião com a Procuradoria-Geral do Estado para saber qual a posição a ser tomada pelo Detran de Santa Catarina, se pode arguir a inconstitucionalidade, se pode deixar de aplicar a resolução do Contran, sob pena de não responder sobre alguma responsabilidade também.

Quando à pergunta do deputado Maurício Eskudlark com relação ao CTISP, devo dizer que na Polícia Civil temos, hoje, 10 ou 15, e na Polícia Militar temos algo em torno de 1.600, sendo 800 na Polícia Militar e 800 em outros órgãos, como Tribunal de Justiça,

Ministério Público, secretarias, ADRs, enfim, em vários outros organismos.

Eu já encaminhei ao Grupo Gestor a solicitação, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, para o aumento de CTIPS: para a Polícia Militar de mais 250 e de 200 para a Polícia Civil - seriam 150 agentes de polícia e 50 escrivães. Ela está no Grupo Gestor esperando autorização para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sr. secretário, vou conceder a palavra ao deputado Mário Marcondes. Em seguida, v.exa. fará uso da palavra novamente para as suas conclusões.

Então, a pedido e até por uma questão justa, já que esta sessão teve a sua origem através de um requerimento de autoria do deputado Mário Marcondes, aprovado por esta Casa, concedo dois minutos ao deputado Mário Marcondes para que faça as suas considerações finais sobre esta sessão.

O SR. DEPUTADO MÁRIO MARCONDES - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider, pela deferência.

Quero cumprimentar o secretário de Segurança, César Augusto Grubba, todos os representantes das Polícias Militar e Civil que comandam a Segurança Pública no estado de Santa Catarina.

Gostaria de agradecer a v.exa. por ter vindo e por fornecer todas as informações que foram passadas não apenas aos 40 deputados, mas a Santa Catarina.

Reafirmo o propósito da Assembleia Legislativa, como parceira do governo do estado, para que se possa, através de boas políticas públicas, fazer com que a segurança dos catarinenses melhore a cada dia.

Quero reafirmar também o reconhecimento desta Casa, aqui dito por vários parlamentares, de tudo que tem sido e está sendo feito pela segurança. Mas o grande problema de tudo é que sempre que se fala em segurança pública, sempre falta e vai faltar sempre. Mas precisamos ter algumas medidas que irão minimizar a insegurança do povo catarinense. Tenho certeza de que, com essa reunião de hoje, muitos catarinenses estão mais confortáveis em saber que a secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, através de v.exa. e de todos os seus colaboradores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do IGP, do Corpo de Bombeiros e de voluntários, está trabalhando muito para que as coisas melhorem, e é isso que se espera.

Também reafirmo que a nossa convocação não tem cunho de palanque eleitoral. Muito pelo contrário, estamos aqui, sim, para apoiar e ajudar naquilo que for possível. Como bem disse v.exa., esta Casa, dentro das suas limitações constitucionais, deve também fazer legislações e regramentos que possam facilitar a atuação das polícias do estado.

Gostaria de agradecer aos colegas deputados por terem aprovado o convite para v.exa. vir a esta Casa, e de dizer a todos os catarinenses que o que está sendo feito na secretaria de Segurança Pública certamente terá efeito prático no dia a dia de cada cidadão.

Reafirmo também um pedido feito a v.exa. referente à convocação. Esse pedido foi feito por quase todos os deputados desta Casa no sentido de que sejam chamados, dentro das possibilidades e da legalidade, para colocarmos mais efetivos nas ruas para que não somente tenhamos uma sensação de segurança, mas também a efetiva segurança aos catarinenses.

Mais uma vez, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do proponente desta sessão.

Neste momento, concedo a palavra ao secretário César Augusto Grubba, por até

três minutos, para as suas considerações finais com relação a esta sessão especial.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Muito obrigado, sr. presidente desta sessão, deputado Aldo Schneider.

Volto a dizer, deputado Mário Marcondes, que iria aceitar o convite, e até fui surpreendido com a convocação. Não deu tempo para eu marcar a data para comparecer aqui sendo apenas convidado. Mas se fui convidado ou convocado não há problema nenhum, pois sempre que necessário estarei disposto a vir aqui prestar qualquer tipo de esclarecimento ao Parlamento catarinense que, como disse, representa a sociedade catarinense. O gestor público tem que estar disponível para prestar conta dos seus atos, sempre que for necessário e solicitado.

Eu agradeço ao presidente, deputado Aldo Schneider, que conduziu esta sessão, e aos deputados, que se manifestaram em relação à secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Meus agradecimentos à equipe da secretaria, não apenas aos que estão aqui, como o coronel Paulo Henrique, o delegado Marcos Ghizoni e o dr. Miguel, do IGP, mas a todos os diretores e delegados que estão na retaguarda deste plenário e compareceram aqui em apoio a este secretário e à secretaria de Segurança Pública. Quero agradecer de público pelo trabalho, pois somente quem vive Segurança Pública 24 horas por dia sabe o quanto é extenuante o trabalho de combater a criminalidade e o criminoso, combatendo principalmente as causas da criminalidade e não podendo, muitas vezes, trabalhar na prevenção da criminalidade. E muitas vezes é imputada às nossas polícias a responsabilidade por toda a criminalidade que está ocorrendo neste país.

Eu agradeço a presença de todos os comandantes, diretores e delegados que aqui compareceram para prestigiar esta sessão especial.

Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, coloco não somente a minha pessoa, eu secretário, mas toda a estrutura da Segurança Pública do estado de Santa Catarina à disposição deste Parlamento, sempre que for necessário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência gostaria, em nome de todos os parlamentares que compõem este Parlamento - e esta Casa é a expressão efetiva do que Santa Catarina espera da política catarinense -, de agradecer a sua presença e de toda a cúpula da Segurança Pública. Mas, em especial, agradeço aos srs. deputados e as sras. deputadas, pois as sessões que ocorrem nas quintas-feiras geralmente não são altamente concorridas, porque concentramos todo o nosso trabalho na terça-feira e na quarta-feira, durante o período de reunião das comissões e no plenário, e na quinta-feira sempre realizamos uma sessão mais *light*. Hoje, por consideração e respeito à cúpula de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, tivemos mais de 30 parlamentares presentes nesta sessão. Isto demonstra o respeito que todos os deputados têm pelo trabalho desenvolvido pela cúpula da Segurança Pública frente a uma Pasta extremamente importante para a segurança das pessoas.

Em nome da Presidência, gostaria de agradecer a v.exa., a toda a sua equipe, e de dizer aos parlamentares que estamos fazendo aquilo que nos propomos fazer. O cidadão catarinense não tem necessidade de ser candidato a nada, mas quando ele se propõe a

ser candidato a qualquer cargo eletivo, assume compromissos com a sociedade. E no pleito eleitoral que elegeu o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e os deputados estaduais, nós nos propomos, naquele momento, a falar também de Segurança Pública.

Então, a todos os deputados e as deputadas os nossos agradecimentos, em nome da Presidência, pela deferência e pelo comparecimento maciço nesta sessão.

Antes de encerrar, agradecemos a presença do excelentíssimo sr. secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba; do excelentíssimo sr. coronel Paulo Henrique Hemm, comandante-geral da Polícia Militar do estado de Santa Catarina; do excelentíssimo sr. Marcos Ghizoni, delegado-geral adjunto; do excelentíssimo sr. Miguel Acir Colzani, diretor-geral do IGP. E em nome dessas quatro autoridades, quero agradecer a esses milhares de servidores ligados à Segurança Pública de Santa Catarina, até porque vocês têm, nesse momento, a condição de comando, mas os comandados de vocês é que fazem, no dia a dia, a segurança e o atendimento à sociedade catarinense.

Então, faço a todos vocês os agradecimentos, em nome da Presidência.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, solene, para segunda-feira, em Joinville, às 19h, em homenagem póstuma marcando o primeiro ano de falecimento do nobre político catarinense, senador Luiz Henrique da Silveira, e lançamento do livro *Luiz Henrique da Silveira: transformando sonhos em realidade*, de autoria do jornalista Moacir Pereira.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Mauro de Nadal, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, referente à 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados: José Nei Ascari; Silvio Dreveck, João Amin, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Valdir Cobalchini, Ricardo Guidi e Nilso Berlanda. Havendo quorum regimental, o senhor **Presidente** iniciou a reunião, destacou as presenças das senhoras Rubia Carla Costa Mendonça e Beatriz Bertelli, do Grupo Técnicos e Administrativos da Secretaria da Justiça e Cidadania e do senhor Wolnei Chukre, representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (SINTESPE). Na sequência, o Presidente **Deputado Mauro de Nadal** submeteu a apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Presidente informou que dois fatos novos surgiram em relação à matéria apresentada na Comissão, duas emendas foram encaminhadas ao **PLC/0001.8/2016**, uma de autoria do Deputado Darci de Matos e outra do Deputado Mauro de Nadal. O Presidente informou ainda, que a Comissão, através de seus membros, decidiu por unanimidade, tentar uma reunião com o Governo do Estado, com o objetivo de encontrar uma alternativa, um texto que atenda toda categoria, o Presidente suspendeu o referido projeto e informou que o mesmo será discutido na próxima reunião da Comissão. O Presidente, obedecendo à ordem de chegada, passou a palavra ao senhor **Deputado Marcos Vieira** relatou as seguintes proposições: **OF/0169.0/2014**, de autoria da Entidade Social, que encaminha documentação da Associação Raízes Futebol Clube, de Florianópolis, solicitando a elaboração de projeto de lei de declara de utilidade pública, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação,

foi aprovado por unanimidade. **PL/0360.0/2015**, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 2º da Lei nº 15.506, de 2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Biguaçu. (implantação área de lazer), exarou parecer pelo diligenciamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Nilso Berlanda** relatou as seguintes proposições: **PL/0012.5/2016**, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que institui a Semana Estadual de Prevenção da Microcefalia e de Combate ao "Aedes aegypti" no Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo apensamento ao PL/0519.5/2015, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0089.4/2016**, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Cel. Pedro Christiano Feddersen, de Blumenau, exarou parecer pelo diligenciamento à entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0067.9/2016**, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que institui a Campanha de Divulgação dos Direitos do Idoso, no Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado José Nei A. Ascari** relatou as seguintes proposições: **PL/0117.2/2016**, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Social Grüne Nadeln Volkstanzgruppe - Grupo Folclórico Verdes Agulhas, com sede no município de Ituporanga, exarou parecer pelo diligenciamento à entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL/0375.7/2015**, de autoria do Deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação de Professores e Alunos do Centro Educacional (CEVISAT), de Brusque, exarou parecer pelo diligenciamento à entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PRS/0007.8/2016**, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, que altera a Resolução nº 003, de 2005, que "Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa, do Parlamento Jovem Catarinense e adota outras providências", para disciplinar procedimentos no Programa Parlamento Jovem Catarinense, exarou parecer pelo diligenciamento à Mesa Diretora da Assembleia, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

PL./0109.2/2016, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a criação da Semana de Conscientização e Combate a Trotes Telefônicos para a Polícia Militar (190), Corpo de Bombeiros (193) e para o SAMU - Serviço de Atendimento Médico de Urgência (192) nas escolas de ensino fundamental e médio, exarou parecer favorável com Emenda Modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PL./0300.0/2015**, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 59 da Lei nº 6.320, de 1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete para os Deputados: Luciane Carminatti, Silvio Dreveck e Marcos Vieira. **PL./0331.6/2015**, de autoria do Deputado Patrício Destro, que dispõe sobre obrigatoriedade da comunicação e oferta de interligação de câmera de monitoramento de vigilância entre empresas privadas e o Poder Público e adota outras providências, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Valdir Cobalchini**, relatou as seguintes proposições: **PL./0027.1/2016**, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a criação da Rota das Estâncias Termiais e Climáticas de Santa Catarina, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PLC/0022.2/2015**, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 5º da Lei Complementar nº 529 de 2011, que aprova o Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais do Estado de Santa Catarina, exarou parecer pelo diligenciamento ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Ministério Público Estadual, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **PLC/0004.0/2016**, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação, que regulamenta o art. 120-B da Constituição do Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete a todos os deputados da Comissão. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou a seguinte proposição: **PEC/0006.4/2010**, de autoria do então Deputado Rogério Mendonça e outro(s), que altera o parágrafo único do art. 111 da Constituição do Estado de Santa Catarina, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 10 de maio de 2016.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLTRONAS GIRATÓRIAS DE ESPALDAR MÉDIO

DATA: 06/06/2016 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 06 de junho de 2016. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para abertura do envelope que será realizado no dia 24/05/2016, na Diretoria de Comunicação Social às 14h, para

Produção de 02 VT'S de 30" contendo direção de cena, fotografia, produção e produção de elenco, 01 apresentador (padrão SP), 07 modelos (SC) com uso liberado para peças gráficas da campanha, maquiagem e cabelo, produção de figurino, equipamento de câmera RED Scarlet, lentes, acessórios, edição e montagem, aquisição de fotos de banco de imagens para mosaico filme "Vitória", computação gráfica 3D para cenário virtual filme "Escolha", composição e finalização, áudio composto por 02 trilhas produzidas e locução.

Cessão de direitos de utilização:

Praça: SC

Período: 6 meses

Meios: TV aberta, fechada, mídia indoor (TVs indoor como Info TV, Elemídia, e etc), rádio (áudio liberado para uso no rádio), mídia outdoor (painéis externos eletrônicos) e internet em geral (sites de mídia e site e páginas em redes sociais do cliente). Incluso cessão de direitos de 07 imagens para peças gráficas da campanha (incluindo anúncios).

Maiores informações entrar em contato com Sidney Souza da Agência NeoVox, fone: (48) 32248877

Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Thamy Soligo

Diretora de Comunicação Social

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 496/2016, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 007/2016, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Locação de Impressoras multifuncionais, consumíveis e peças de reposição para a Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos. Atendendo solicitação da Diretoria de Tecnologia e Informações da ALESC. (Período de Locação 12 meses, a partir de 2016).

ITEM 1

EMPRESA VENCEDORA: MICROSENS LTDA

Valor do ultimo lance: R\$ 315.000,00

ITEM 2

EMPRESA VENCEDORA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor do ultimo lance: R\$ 450.000,00

ITEM 3

EMPRESA VENCEDORA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor do ultimo lance: R\$ 108.000,00

Florianópolis, 18 de maio de 2016

HELIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 488/2016, comunica que, tendo em vista a Decisão do Diretor-Geral desta ALESC em conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa CTIS Tecnologia S/A, a licitação modalidade Pregão nº 005/2016, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS PARA BANCO DE DADOS ORACLE LOTE ÚNICO

Empresa Vencedora: AVNET TECHNOLOGY SOLUTIONS BRASIL LTDA.

Valor do último lance: R\$ 994.762,39

Florianópolis, 18 de maio de 2016

VICTOR INÁCIO KIST

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATOS

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação ao Extrato nº 068/2016, publicado dia 06/05/2016 no Diário da Assembleia nº 6.989, página 16, **onde se lê** "CONTRATADA: Dinorá Rezende de Oliveira, **leia-se:** CONTRATADA: Menfis Agência Imobiliária Ltda".

Florianópolis, 18 de maio de 2015.

Diretor-Geral - Carlos Alberto de Lima Souza

Ronaldo Brito Freire - Diretor Administrativo

*** X X X ***

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação ao Extrato nº 069/2016, publicado dia 06/05/2016 no Diário da Assembleia nº 6.989, página 16, **onde se lê** "CONTRATADA: Dinorá Rezende de Oliveira, **leia-se**: CONTRATADA: Menfis Agência Imobiliária Ltda".

Florianópolis, 18 de maio de 2015.

Diretor-Geral- Carlos Alberto de Lima Souza

Ronaldo Brito Freire- Diretor Administrativo

*** X X X ***

EXTRATO Nº 082/2016

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 celebrado em 06/04/2016

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais- UNALE

OBJETO: Inscrição da ALESC com a participação dos Deputados e do seu corpo técnico na XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), que acontecerá na cidade de Aracaju/SE, no período de 01 a 03 de junho de 2016, incluindo o fornecimento de material próprio confeccionado para os trabalhos, transporte entre o hotel e local do evento e alimentação.

VIGÊNCIA: 01/06/2016 a 03/06/2016

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93, Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 057/2016 - LIC e Atos da Mesa nºs. 094, 128 e 131, de 09/02, 27/02/2015 e 09/03/2016.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) e subelemento 3.3.90.39.31 (Inscrições em Eventos).

Florianópolis, 18 de maio de 2016.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire-Diretor Administrativo

Dep. Kennedy Nunes- ALESC

Lonarte Sperling Veloso- Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO Nº 083/2016

REFERENTE: Contrato CL nº 025/2016 celebrado em 06/04/2016

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais- UNALE

OBJETO: Inscrição da ALESC com a participação dos Deputados e do seu corpo técnico na XX Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), que acontecerá na cidade de Aracaju/SE, no período de 01 a 03 de junho de 2016, incluindo o fornecimento de material próprio confeccionado para os trabalhos, transporte entre o hotel e local do evento e alimentação.

VIGÊNCIA: 01/06/2016 a 03/06/2016

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa 057/2016-LIC; Termo de Inexigibilidade nº 003/2016 e; Ato da Mesa nºs 094, 128 e 131, de 09/02, 27/02/2015 e 09/03/2016, respectivamente.

Florianópolis, 18 de maio de 2016.

Carlos Alberto de Lima Souza- Diretor-Geral

Ronaldo Brito Freire-Diretor Administrativo

Dep. Kennedy Nunes- ALESC

Dep. Sandro Locutor- Presidente

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR**LEI COMPLEMENTAR Nº 674, DE 18 DE MAIO DE 2016**

Acrescenta o inciso IV ao art. 137 da Lei nº 6.843, de 1986, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, para o fim de garantir licença especial ao presidente de associação de classe.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos do § 7º do art. 54 da Constituição do Estado e do § 1º do art. 308 do Regimento Interno, promulga a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o inciso IV ao art. 137 da Lei nº 6.843, de 28 de julho de 1986, com a seguinte redação:

"Art. 137.

IV - para presidir a associação de sua classe no Estado de Santa Catarina, legalmente instituída.

....." (NR)
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de maio de 2016.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 162/16**

São Bento do Sul, 29 de abril de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Fundação Friederic Froebel, de São Bento do Sul, referente ao exercício de 2015.

Vander Meier

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 163/16

Araranguá, 09 de maio de 2016

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Instituição Espírita Casa da Fraternidade, de Araranguá, referente ao exercício de 2015.

Cátia S. G. Hahn

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/16

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 164/16

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Jaguaruna, referente ao exercício de 2015.

Antônio Carlos Silveira Rocha

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/16

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 684, de 19 de maio de 2016**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARILU BERETA CARDOSO**, matrícula nº 6090, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 18 de Maio de 2016 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 685, de 19 de maio de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 1º de abril de 2016.

Gabinete do Deputado Darci de Matos

Matrícula	Nome do Servidor
4675	JOSE ALEXANDRE MACHADO

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 686, de 19 de maio de 2016

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **PAULO ROBERTO SCHULTE DA SILVA**, matrícula nº 1830, no Gab Dep Valdir Cocalchini, a contar de 4 de maio de 2016.

Carlos Antonio Blossfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 687, de 19 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1200/2016,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **MARCIA ANDREIA CORREIA HERBERT**, matrícula nº 7388, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 3% (três por cento), a contar de 8 de maio de 2016.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 688, de 19 de maio de 2016

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1540	PAULO ROBERTO HERBST	60	6/5/2016	1265/2016
619	ROSANGELA BITTENCOURT	30	3/5/2016	1266/2016
1584	VERA MATTOS	15	30/3/2016	1267/2016

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 0144.5/2016**

Dispõe sobre a proibição das operadoras de plano de saúde de estabelecer critérios que dificultem ou impossibilitem a sua contratação por idoso ou pessoa com deficiência no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibida a estipulação dos seguintes critérios, por operadoras de planos de saúde, que dificultem ou impossibilitem a contratação por idoso ou pessoa com deficiência:

- I - a exigência de avaliação prévia;
- II - a fixação de preço desproporcionalmente superior aos valores cobrados aos demais clientes;
- III - a imposição de sanção ao corretor responsável pela negociação;
- IV - qualquer prática que possa dificultar ou impossibilitar a contratação.

Art. 2º Considera-se pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a sessenta anos de idade.

Art. 3º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º As empresas mencionadas nesta Lei e as agências responsáveis pela contratação de planos de saúde deverão fixar em local visível cartaz informativo com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O aviso de que trata o *caput* deverá ser incluído nos boletos de cobrança das mensalidades dos planos de saúde.

Art. 5º A inobservância do disposto nesta Lei acarretará ao infrator às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito da autoridade competente; e
- II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo, sem excluir outras sanções aplicáveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antonio Aguiar

Lido no Expediente
Sessão de 18/05/16

JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, convém observar que a Constituição da República Federativa do Brasil traz como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública (artigo 23, inciso II), bem como assegurar ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre proteção e defesa da saúde (artigo 24, inciso XII).

Da interpretação constitucional dos dispositivos acima aludidos, conclui-se que os Estados têm o dever constitucional de cuidar da saúde (competência comum) e, por via de consequência, podem legislar sobre as questões relacionadas ao assunto (competência concorrente), ainda que seja de forma complementar ou suplementar.

A Lei Federal n. 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, prevê em seu artigo 14 que em razão da idade do consumidor, ou da condição de pessoa portadora de deficiência, ninguém pode ser impedido de participar de planos privados de assistência à saúde.

No mesmo sentido o art. 15, parágrafo terceiro, do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) veda a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. Da mesma forma, o art. 23 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.446/2015) veda todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.

Logo, a proposição em tela visa suplementar a legislação federal, para determinar a proibição de tratamento diferenciado dos idosos ou pessoa com deficiência na contratação de planos de saúde, conforme possibilita o parágrafo segundo do artigo 24 da Constituição Federal.

Cabe, ainda, ressaltar que a presente proposição não se encontra elencada no rol do artigo 50, parágrafo segundo, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as matérias de competência privativa do Governador de Estado.

No mais, destaca-se que a **função de legislar é típica deste Poder**, não sendo possível admitir o esvaziamento da atividade legislativa quando da interpretação, de forma ampliada, da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

No mérito da matéria, é importante destacar que a presente proposição busca coibir as operadoras de plano de saúde que oferecem planos diferenciados para idoso ou pessoa com deficiência, bem como vedar a prática de avaliação prévia para a admissibilidade. Pretende-se, ainda, considerar ilegal a imposição de sanção ao corretor responsável pela negociação, tais como a redução ou até não recebimento da comissão.

Ressalte-se que a prática já é vedada genericamente pela legislação federal citada. Logo, justifica-se a importância da lei estadual para prever especificamente determinados critérios ilegais, bem como sanção com o fim de impedir esta ilicitude que atinge os idosos e pessoas com deficiência e, ainda, possibilitar a publicidade deste direito assegurado que proíbe qualquer possibilidade de discriminação, inclusive para constar nos boletos de cobrança dos planos de saúde.

É recorrente notícias que os planos de saúde não respeitam os idosos e as pessoas com deficiência, porque "acham que eles custam muito". Ora, a pessoa idosa ou com deficiência que perdeu seu contrato, ou que não teve, ou que quer mudar, não encontra possibilidade no mercado. Justamente quando o plano de saúde se torna mais necessário, referidos consumidores acabam arcando com diversos reajustes que pesam no orçamento, fazendo muitas vezes com que o beneficiário fique impossibilitado de pagar o plano.

Estas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0145.6/2016

Altera a Lei nº 16.171, de 2013, que "Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas-sem-ferrão (meliponíneas) no Estado de Santa Catarina".

Art. 1º A Lei nº 16.171, de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

Parágrafo único. Poderá ser fornecido o selo de qualidade e procedência garantida aos produtos derivados da abelha-sem-ferrão, conforme regulamentação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca." (NR)

"Art. 3º

§ 3º Fica autorizada no território do Estado de Santa Catarina a comercialização de mel, pólen e própolis, provenientes de criadores de abelha-sem-ferrão." (NR)

"Art. 4º

§1º É livre a criação, o manejo, a multiplicação de colônias, a aquisição, a guarda, o comércio, o escambo e a utilização de produtos tangíveis e intangíveis obtidos do meliponário.

§ 2º Os rótulos dos produtos da abelha-sem-ferrão deverão conter a identificação toxínômica, o peso, as medidas e a classificação, de acordo com a origem do mel, como unifloral ou monofloral (procedente de flores de uma mesma família) e multifloral ou polifloral (obtido a partir de diferentes origens florais)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Deka May

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/16

JUSTIFICATIVA

A falta de regulamentação específica dos aspectos relacionados à comercialização de produtos de abelhas nativas sem ferrão vem criando dificuldades para os meliponários comerciais e não comerciais, ocasionando, assim, situações que desestimulam o interesse pelo negócio.

A Lei nº 16.171, de novembro de 2013, "Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas-sem-ferrão (meliponíneas) no Estado de Santa Catarina", não aborda devidamente a meliponicultura, principalmente no que diz respeito à qualidade e à comercialização dos produtos.

Daí a importância deste Projeto de Lei, cuja aprovação, além de normatizar os aspectos referentes à comercialização e qualidade, estabelece "selo de qualidade e procedência garantidas", a ser concedido pela Secretaria de Estado da Agricultura, desde que cumpridas, pelo produtor, as normas já estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

As modificações, ora propostas, à redação da Lei nº 16.171, de 2013, têm por objetivo estabelecer a identidade, bem como os requisitos mínimos de qualidade para o mel de abelha social sem ferrão, gênero *Melipona*, destinado ao consumo humano.

Pelo exposto, senhores Deputados, é que peço o apoio de Vossas Excelências para a aprovação desse Projeto de Lei.

Deputado Deka May

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Projeto de Lei Complementar nº 0007.3/2016

Altera os arts.5º e 6º da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, para estabelecer percentual mínimo de 10% de vagas, para o sexo feminino, em concursos e no ingresso no estado efetivo das instituições militares do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Ficam alterados os arts.5º e 6º da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, com a seguinte redação:

"Art. 5º O edital de concurso público elaborado pela respectiva instituição militar definirá, dentre as vagas autorizadas, a quantidade para ingresso por certame, garantindo percentual mínimo de 10% (dez por cento) de vagas para o sexo feminino.

Art. 6º O ingresso no estado efetivo para o sexo feminino será, dentre as vagas autorizadas, no mínimo, de 10% (dez por cento) para os Quadros de Oficiais e de 10% (dez por cento) para os Quadros de Praças das respectivas instituições militares."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Valdir Cobalchini

Lido no Expediente

Sessão de 19/05/16

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei busca garantir às mulheres condições para ingresso na carreira militar. Concorrendo em condições desiguais para o acesso aos quadros das Instituições Militar do Estado de Santa Catarina, a começar pelo percentual irrisório de mulheres na corporação, que hoje é de 7,6% (dados de 2014).

Não bastasse, é patente como as mulheres, quando nas carreiras militares, têm desempenhado com excelência as suas atribuições; o que torna absolutamente inaceitável a ausência de paridade hoje existente entre homens e mulheres nas instituições militares estaduais.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0016.9/2016

O Projeto de Lei nº 0016.9/2016 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0016.9/2016

Declara de utilidade pública o Jeep Club Vale do Rio do Peixe, de Joaçaba.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Jeep Club Vale do Rio do Peixe, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado Dirceu Dresch

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 18/05/16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 016/2016

Declara de utilidade pública o Jeep Club Vale do Rio do Peixe, de Joaçaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Jeep Club Vale do Rio do Peixe, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos prescritos na legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº
0027.1/2015**

O Projeto de Lei nº 0027.1/2015 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0027.1/2015

Estabelece a obrigatoriedade, aos clubes de futebol oficiais sediados no Estado de Santa Catarina, da exigência de matrícula em instituições de ensino, pública ou privada, e o acompanhamento da frequência e do desempenho escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuem vínculo.

Art. 1º Os clubes de futebol oficiais do Estado devem se assegurar de que estejam matriculados, em instituição de ensino, pública ou privada, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único. Consideram-se clubes de futebol oficiais, para efeitos desta Lei, os clubes de futebol devidamente registrados na Federação Catarinense de Futebol (FCF).

Art. 2º Os clubes de futebol encaminharão à FCF, anualmente, os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de frequência e boletim escolar dos jogadores.

Parágrafo único. Ao receber os documentos referidos no caput deste artigo, a FCF deverá encaminhá-los, com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O descumprimento desta Lei implicará, ao clube de futebol infrator, no impedimento de participar das competições oficiais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões,

Deputado Ricardo Guidi
Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 17/05/16

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 18/05/16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 027/2015

Estabelece a obrigatoriedade, aos clubes de futebol oficiais sediados no Estado de Santa Catarina, da exigência de matrícula em instituições de ensino, pública ou privada, e o acompanhamento da frequência e do desempenho escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuem vínculo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os clubes de futebol oficiais do Estado devem se assegurar de que estejam matriculados, em instituição de ensino, pública ou privada, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único. Consideram-se clubes de futebol oficiais, para efeitos desta Lei, os clubes de futebol devidamente registrados na Federação Catarinense de Futebol (FCF).

Art. 2º Os clubes de futebol encaminharão à FCF, anualmente, os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de frequência e boletim escolar dos jogadores.

Parágrafo único. Ao receber os documentos referidos no caput deste artigo, a FCF deverá encaminhá-los, com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O descumprimento desta Lei implicará, ao clube de futebol infrator, no impedimento de participar das competições oficiais, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

Emenda Modificativa ao PL nº 340/2015

Altera a redação dos incisos VII e IX do artigo 2º do PL nº 340/2015 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º

VII - propor a elaboração de atos legislativos ou administrativos de interesse das políticas nacional e estadual

dos direitos da mulher ou com vistas à eliminação de conteúdos discriminatórios constantes da legislação em vigor;

IX - receber e encaminhar petições, representações, denúncias ou quaisquer informações sobre condutas violadoras dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

.....
Sala das Comissões, de novembro de 2015

Deputada Luciane Carminatti

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 18/05/16

Emenda Modificativa ao PL nº 340/2015

Altera a redação do caput e do parágrafo 3º do PL nº 340/2015 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º O CEDIM-SC será composto de 24 (vinte e quatro) mulheres integrantes titulares e igual número de suplentes.

.....
§ 2º As representantes das entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, convocado a cada 2 (dois) anos por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado, e designadas pelo Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em conformidade com as disposições contidas no regimento interno.

.....
Sala das Comissões, de novembro de 2015

Deputada Luciane Carminatti

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 18/05/16

Emenda Modificativa ao PL nº 340/2015

Altera a redação do caput do artigo 8º do PL nº 340/2015 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º O Plenário do CEDIM-SC realizará mensalmente reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado por sua Presidenta ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de suas representantes.

.....
Sala das Comissões, de novembro de 2015

Deputada Luciane Carminatti

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 18/05/16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 340/2015

Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-SC) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º Fica instituído o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-SC), órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST).

Parágrafo único. O CEDIM-SC tem como finalidade formular diretrizes e políticas públicas que visem a assegurar os direitos da mulher, considerando a igualdade e equidade de gênero, bem como fomentar a inclusão da população feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.

Art. 2º Compete ao CEDIM-SC:

I - contribuir para a definição de políticas públicas e de diretrizes no âmbito estadual destinadas à proteção dos direitos da mulher;

II - promover e recomendar a adoção de medidas para prevenir a violência contra a mulher;

III - monitorar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no âmbito do Estado;

IV - organizar e coordenar a Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Mulher;

V - traçar diretrizes para as conferências municipais de políticas públicas para a mulher;

VI - acompanhar em todas as instâncias do Poder Público a tramitação de procedimentos relacionados a atos violadores dos direitos da mulher;

VII - propor a elaboração de atos legislativos ou administrativos de interesse das políticas nacional e estadual dos direitos da mulher ou com vistas à eliminação de conteúdos discriminatórios constantes da legislação em vigor;

VIII - promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, com o objetivo de implementar políticas e programas em prol dos direitos da mulher;

IX - receber e encaminhar petições, representações, denúncias ou quaisquer informações sobre condutas violadoras dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;

X - manter interlocução permanente com a sociedade, com os movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas;

XI - acompanhar o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos ligados à mulher;

XII - estimular e assessorar a criação dos conselhos municipais dos direitos da mulher;

XIII - apresentar ao Poder Executivo plano anual de ações em defesa dos direitos da mulher; e

XIV - elaborar e alterar o seu regimento interno, que será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CEDIM-SC será composto de 24 (vinte e quatro) mulheres integrantes titulares e igual número de suplentes:

I - 12 (doze) representantes governamentais, sendo:

a) a Coordenadora Estadual da Mulher;

b) 1 (uma) representante da SST;

c) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA);

d) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL);

e) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR);

f) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);

g) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Educação (SED);

h) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES);

i) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);

j) 1 (uma) representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SPG);

k) 1 (uma) representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE); e

l) 1 (uma) representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e

II - 12 (doze) representantes de entidades não governamentais, dentre aquelas legalmente constituídas e em regular funcionamento, sem fins lucrativos e com atuação estadual no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da mulher.

§ 1º Com exceção da representante de que trata a alínea "a" do inciso I do *caput* deste artigo, as representantes governamentais são de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídas a qualquer tempo, *ad nutum*, mediante nova designação.

§ 2º As representantes das entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, convocado a cada 2 (dois) anos por meio de edital publicado no Diário Oficial do Estado, e designadas pelo Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em conformidade com as disposições contidas no regimento interno.

§ 3º O edital de que trata o § 2º deste artigo deverá ser publicado com o prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização do fórum, cuja sessão será aberta a todos os interessados.

Art. 4º Nas ausências e nos impedimentos justificados das Conselheiras assumirão as suas suplentes.

Art. 5º Perderá a representação ou o mandato a Conselheira que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário do CEDIM-SC.

§ 1º Consideram-se justificadas as ausências ao serviço determinadas pelo comparecimento das Conselheiras a sessões do CEDIM-SC e pela participação em diligências ou convocação para trabalhos específicos.

§ 2º Na perda de representação das Conselheiras relacionadas nas alíneas do inciso I do art. 3º desta Lei, a substituição será feita na forma do disposto no § 1º do art. 3º desta Lei.

§ 3º Na perda de mandato das Conselheiras mencionadas no inciso II do art. 3º desta Lei, assumirão as suplentes ou quem for indicada pelo órgão ou pela entidade representada.

Art. 6º O afastamento ou a substituição de entidades não governamentais serão sempre efetuados por meio de fórum próprio e em consonância com os princípios e as normas estabelecidas no regimento interno.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 7º O CEDIM-SC terá a seguinte estrutura organizacional, cujas competências serão estabelecidas no seu regimento interno:

I - Plenário, órgão máximo deliberativo;

II - Diretoria, composta pela Presidenta, Vice-Presidenta, Primeira Secretária e Segunda Secretária;

III - Comissões Temáticas; e

IV - Secretaria Executiva.

Art. 8º O Plenário do CEDIM-SC realizará mensalmente reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado por sua Presidenta ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de suas representantes.

§ 1º O edital de convocação das reuniões extraordinárias deverá conter indicação da matéria a ser discutida pelas integrantes do CEDIM-SC.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, desde que atingido o *quorum* mínimo de 1/3 (um terço) das integrantes.

Art. 9º O CEDIM-SC será presidido por uma de suas integrantes, eleita por maioria simples de votos, observado o *quorum* mínimo de 2/3 (dois terços), para um mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 1º As integrantes do CEDIM-SC elegerão também, na forma do *caput* deste artigo, a Vice-Presidenta, que substituirá a Presidenta em suas ausências e impedimentos e terá mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 2º A Primeira Secretária e a Segunda Secretária serão eleitas pelas integrantes do CEDIM-SC por maioria simples de votos.

Art. 10. A composição das Comissões Temáticas do CEDIM-SC será deliberada em Plenário e terá no mínimo 3 (três) integrantes, cujas atribuições serão disciplinadas no regimento interno.

Art. 11. A Secretaria Executiva do CEDIM-SC será exercida, preferencialmente, por servidora pública efetiva com nível superior e conhecimento da temática dos direitos da mulher.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A função de Conselheira do CEDIM-SC não é remunerada, tem caráter público relevante e o seu exercício é considerado prioritário e de interesse público, justificando a ausência a quaisquer outras atividades quando determinada pelo comparecimento às sessões ou reuniões de comissão ou pela participação em diligência.

Art. 13. A SST prestará todo o apoio técnico, administrativo, financeiro e de infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do CEDIM-SC, observados os limites orçamentários estaduais.

Art. 14. As despesas decorrentes de hospedagem, alimentação e transporte das integrantes titulares e suplentes do CEDIM-SC serão custeadas pela SST, na forma da legislação em vigor.

Art. 15. A estruturação, a competência e o funcionamento do CEDIM-SC serão estabelecidos no seu regimento interno.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 11.159, de 20 de julho de 1999.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 543/2015

Institui a Semana Catarinense de Conscientização sobre o Perigo do Alcoolismo Precoce.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no calendário oficial do Estado, a Semana Catarinense de Conscientização sobre o Perigo do Alcoolismo Precoce, a ser realizada, anualmente, com início na segunda semana de junho.

Art. 2º As ações da Semana Catarinense de Conscientização sobre o Perigo do Alcoolismo Precoce deverão compreender atividades educativas voluntárias, voltadas à conscientização dos perigos do consumo do álcool, tais como:

I - palestras que visem à conscientização da população sobre o perigo do consumo precoce de álcool; e

II - visitas a instituições que tenham como objetivo o tratamento do uso de álcool.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 19 de maio de 2016.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***